

2

O alicerce teórico: da definição de conceitos ao momento da pesquisa

2.1

Pobreza, exclusão social e cidadania: elementos constitutivos da análise

Pobreza e segregação são elementos constantes na história, mas sempre houve um certo elo orgânico entre os mundos da riqueza e da pobreza: o trabalho e a inevitável interdependência entre os dois lados. Mas os tempos atuais estão mostrando uma nova realidade: a separação, pela crise do mundo do trabalho, entre os mundos da riqueza e da pobreza que se vai tornando excluída

Marcel Bursztyn, 2000.

O presente estudo nos remete à necessidade de construir um alicerce conceitual que traduza com clareza o sentido das categorias aplicadas à análise da realidade dos catadores do Aterro Metropolitano de Gramacho.

Neste sentido, o pano de fundo inicial deste estudo está centrado em três categorias, a saber: pobreza, exclusão social e cidadania. Isto porque a própria natureza do trabalho dos catadores leva ao nexos correlacional da atividade de catação, ao não acesso desses trabalhadores tanto a melhores ganhos, quanto a bens e serviços disponíveis na sociedade.

Inicialmente, buscamos o entendimento do que é a pobreza, por acreditarmos que esteja entrelaçado pelo conceito de exclusão social, bem como ao de cidadania para quase todos os autores pesquisados.

Assim, ao realizarmos a revisão bibliográfica sobre o tema, encontramos Elimar Pinheiro Nascimento definindo a categoria pobreza como:

Situação em que se encontram membros de uma determinada sociedade de despossuídos de recursos suficientes para viver dignamente, ou que não têm as condições mínimas para suprir as suas necessidades básicas (Nascimento, 2000, p. 58).

Nascimento ainda agrega a esta definição a questão conceitual da desigualdade social e da exclusão social, enfocando que, embora estejam próximos, são questões distintas, devido a um fato não implicar necessariamente em outro, e justifica este posicionamento enfocando que:

Embora próximos, os termos desigualdade e pobreza são evidentemente distintos, um não implicando necessariamente o outro. Assim, um determinado país pode ter uma grande desigualdade na distribuição de suas riquezas sem que haja pobres, embora seja pouco comum. Ou pode ter uma pequena escala de diferença na distribuição de riquezas, tendo a maioria de seus membros na condição de pobreza (Nascimento, 2000, p. 59).

Complementa ainda este posicionamento apontando o que conceitua como desigualdade social:

(...) à distribuição diferenciada, numa escala de mais a menos, das riquezas materiais e simbólicos produzidos por uma determinada sociedade e apropriadas pelos seus participantes (Nascimento, 2000, p. 58).

O autor, ao conceituar as duas categorias acima apontadas, ou seja, pobreza e desigualdade social, procurou apresentar distinção entre elas, no entanto, elucidando que uma situação quase sempre provoca o acontecimento da outra, pois é muito raro caso contrário, conforme ele mesmo afirma.

Nascimento, quando enfoca a questão da categoria exclusão social, também aponta o distanciamento conceitual tanto em relação à categoria pobreza, quanto à de desigualdade social. Ele afirma que a exclusão social está mais próxima inversamente do conceito de coesão social, visto que a exclusão, para ele, significa sucessivas perdas do vínculo societário. Isto é, o excluído é aquele que, sequencialmente, vem perdendo os vínculos sociais em suas relações ao longo do processo. O autor acrescenta que é uma ida sem volta, o que nos leva a entender que a pessoa cai em um abismo com pouca ou quase nenhuma possibilidade de salvação, conforme ele elucida:

(...) A exclusão social, portanto, ocorre como resultado de uma rede de rupturas dos vínculos sociais. Xiberras (1993) irá assinalar a existência de ruptura com três vínculos: com os valores e representações sociais próprios a uma determinada sociedade (vínculos societais); com os laços e relações de afeto e parentesco (vínculos comunitários) e, finalmente, com a capacidade de comunicação como exterior (vínculos individuais). Como se a exclusão fosse uma trajetória de sucessivas e crescentes rupturas sem retorno, concepção que se aproxima da desenvolvida por Castel (1991), que irá se debruçar, particularmente, sobre as diversas trajetórias de exclusão no espaço urbano (Nascimento, 2000, p. 60).

Podemos compreender que os excluídos socialmente, conforme o autor conceitua, perdem suas referências, pois o rompimento com os vínculos sociais inicia-se com as relações de trabalho indo até mesmo ao interior do vínculo parental. Embora sejam raros os casos identificados por nós na relação direta com os catadores, registramos alguns exemplos dessa forma de exclusão. A pessoa deixa de valorizar até mesmo a questão documental, passando a ser mais um homem ou uma mulher em meio a uma população identificada, isto é, portadora de Registro Civil de Nascimento, Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física, entre outros.

Os conceitos apresentados nos levaram a verificar que transitamos em um terreno complexo, fértil de interpretações, pois as categorias aqui elencadas possuem definições vastas.

Seguindo o levantamento acerca das categorias, encontramos Luciano Oliveira, efetuando um questionamento a respeito da exclusão social e pobreza em seu artigo, intitulado “Os Excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito”. O autor contextualizou que a questão da exclusão social é algo antigo, porém apresentado com outras conceituações, e que não é peculiaridade somente dos países pobres, pois nos países ricos a problemática da exclusão também acontece. Ele procura exemplificar apresentando a França dos anos 50 e 60, inclusive elucidando denominações dadas ao conceito de exclusão social na época, tais como “quarto mundo” e “nova pobreza”, estabelecendo uma relação entre o próprio conceito de exclusão social de Ribeaud em 1976.

Complementa suas reflexões afirmando que os excluídos eram encarados como resíduos que o pós-guerra parecia ter esquecido, e aquilo que aparentemente era residual e conjuntural, passou nos anos 1980 a ser estrutural, além de afirmar que o maior vilão deste processo é o fenômeno do desemprego, devido a este ser um subproduto do desenvolvimento científico-tecnológico, que a cada dia dispensa a mão-de-obra humana e, conseqüentemente, quando a aproveita é de forma precária, auxiliando o processo de desregulamentação do contrato formal de trabalho, gerando formas cada vez mais descompromissadas de fixação do homem no mercado, bem como de suas garantias sociais.

A nosso ver, Luciano Oliveira, deposita o crédito do aumento do processo de exclusão social do mundo atual flexível, que desregulamenta o trabalho e precariza as relações, devido à substituição da mão-de-obra humana pela máquina em nome de um desenvolvimento tecnológico avançado:

(...) desemprego, o principal gerador da exclusão, se revelou em grande parte um subproduto do próprio desenvolvimento científico-tecnológico, por sua capacidade de liberar mão-de-obra e, no caso dos que conseguem emprego, precarizar a relação empregatícia na sua forma clássica, que era o contrato de trabalho por tempo indeterminado. Para se ter uma idéia da amplitude do fenômeno, basta considerar que, num país rico e altamente desenvolvido como a França – para nos atermos ao nosso exemplo -, Robert Castel estima que cerca de 70 por cento das pessoas entram atualmente no mercado de trabalho sob formas mais ou menos atípicas ocasionando o que ele considera uma “fragilização completa da condição salarial” (1995, p.19) (Oliveira, 2002, p. 49-50).

Mas o autor complementa enfocando, em especial, a situação dos países de terceiro mundo, elucidando que no Brasil, além destes componentes econômicos e políticos, há o aparecimento de uma nova cisão, isto é, aquela que opõem incluídos e excluídos, tem uma preocupação quanto ao conceito, visto que na atualidade todos os grupos que diferem do padrão social, ou seja, que estejam em desvantagens e identificados a partir de uma pertinência étnica (negros e índios), comportamental (homossexuais) ou outra qualquer, como é o caso dos deficientes físicos, por exemplo, (Oliveira, 2003, p. 51), são conceituados como excluídos socialmente.

Procura fazer uma recomendação que denomina de razão teórica e ao mesmo tempo prática, afirmando que deve ser reservado o conceito de exclusão social para aqueles grupos que no primeiro momento assim foram chamados, e procuram exemplificar quem são:

Em termos bem empíricos, no Brasil eles são os moradores e meninos de rua, os desempregados das favelas e periferias, muitos convertidos em “flanelinhas” e mesmo em delinquentes, os catadores de lixo etc (Oliveira, 2003, p. 51).

O autor encaminha suas reflexões, enfocando o mesmo ponto abordado por Nascimento em relação a este segmento de excluído se tornar desnecessário, pois, para ele, o fato do aparecimento da cisão incluído e excluído tem a mesma base de análise, ou seja, o processo econômico. Portanto, para a acumulação flexível, os excluídos são economicamente desnecessários, e dá um exemplo na área de catação de lixo:

Em 1987, estudos realizados pelo BNDES estimavam que 25 mil pessoas viviam á custa da atividade de catar lixo, no Brasil (dado citado por Lima, 1988). Um estudo mais recente, de 1993, informa que apenas na região da Grande Recife “quase 8 mil pessoas sobrevivem dessa atividade” – número que inclui os catadores diretos e seus dependentes (Alencar, 1993).

Aparentemente, essas pessoas são literalmente supérfluas, pois vivendo de restos, a sua presença ou ausência não faria – do ponto de vista da acumulação global, é evidente – nenhuma diferença (Oliveira, 2003, p. 54).

Oliveira continua sua reflexão, enfocando que, se olhar isoladamente para a figura do catador, a sua conceituação será como excluído e desnecessário. Mas se incluí-lo como base de sustentação para a cadeia industrial produtiva, onde ele é a primeira ponta da relação comercial na área de materiais recicláveis, este passa ser incluído no processo mercantil e, portanto, estabelece a relação social mais perversa do processo de acumulação. Isso ocorre porque o atravessador utiliza esta mão-de-obra precária e barata para se apropriar do material catado nos lixões ou até mesmo nas ruas, para negociar com a indústria mil por cento a mais do que o valor pago ao catador.

O autor finaliza afirmando que o conceito de exclusão social tem uma razão teórica, mas, sobretudo ética e política, tendo em vista serem estes os componentes que interpelam a sociedade quanto ao fato de querer entender qual é a relação estabelecida pela *polis que estamos construindo* (Oliveira), isto é, qual é o modelo de trabalhador e de cidadão que a sociedade quer construir?

Marcel Bursztyn (2000), também apresenta como elemento de análise, ao conceituar pobreza e exclusão social, o fato histórico da flexibilização do trabalho e de sua desregulamentação, que obriga o homem a descer níveis de condições socioeconômicas, passando do estado de pobreza para o da miséria, pois, com a crise do trabalho, o desemprego se tornou carro chefe na vida da população trabalhadora.

Neste sentido, o autor enfoca que os velhos pobres são atores antigos na sociedade nacional, e que os novos pobres e excluídos são um produto do rompimento da interdependência entre trabalho e riqueza que, no mundo globalizado, onde a desregulamentação do contrato de trabalho é comum, torna esta relação dissociada e excluída.

Em relação ao conceito de novo-pobre, Bursztyn informa que poderia ser este apenas um trabalhador empobrecido, mas não é. Este ator social representa cada vez mais a expressão da exclusão social, tendo em vista ser um antigo trabalhador, ou melhor dizendo, o autor elucida que não é um indivíduo à margem e sim fora do mercado de trabalho. Conseqüentemente, fora do sistema econômico e social.

O autor complementa, enfocando que nem mesmo no mercado informal este indivíduo está inserido, independentemente de seu grau de qualificação profissional (Bursztyn, 2000) e, portanto, cada vez mais fica excluído do sistema de proteção social do “moribundo *welfare state*” (Bursztyn, 2000, p. 34). Arriscamos acrescentar a esta afirmativa que, normalmente, quando este indivíduo é incluído, isto se processa de forma perversa, não fornecendo condições necessárias para o mesmo ser reinserido no mercado formal como trabalhador e passar a ter acesso a bens e serviços da sociedade.

Outro ponto abordado por Bursztyn diz respeito à forma como o Estado encarou as transformações propostas pelo neoliberalismo e informa que nos países mais desenvolvidos a “engenharia de demolição institucional do neoliberalismo” se processou voltando seu foco para as funções produtivas do Estado para depois processar a privatização dos serviços públicos. Diferentemente, países menos desenvolvidos como o Brasil focaram suas ações no enxugamento da máquina pública, o que provocou um

aumento no volume de gastos públicos com o seguro-desemprego, além do aumento do processo de aposentadorias sem reposição dos quadros, pois grande parte das vagas foi preenchida por serviços terceirizados, gerador por vezes de mão-de-obra precarizada, desregulamentação do contrato de trabalho, bem como o aumento do desemprego.

Ao nos apropriarmos desta reflexão, podemos localizar a realidade de parte dos catadores de Gramacho, visto que um número significativo tem a catação como única fonte de sobrevivência devido à saída do mercado formal de trabalho sem possibilidade de retorno, tornando-os excluídos do sistema contributivo previdenciário e nem sempre incluído no sistema de proteção social previsto na LOAS.

Esta reflexão ganha sustentação na fala de Bursztyn, quando ele afirma que:

Ainda que nem todos os excluídos sejam necessariamente miseráveis, eles são, geralmente, pobres e vão-se constituindo em mundo à parte, compartilhando o mesmo universo espacial e temporal, mas não interagindo socialmente com os outros, os incluídos. Seus elementos são objeto, na melhor das hipóteses, de políticas de proteção (caso dos países desenvolvidos). Políticas de inserção, entretanto, quando são lançadas, não se revelam capazes de minimizar os efeitos ou de neutralizar as causas da exclusão (Bursztyn, 2000, p. 36).

O autor amplia a reflexão, sinalizando que concorda com Nascimento (2000), quando enfoca que há mais de um tipo de exclusão, isto é, os autores argumentam que além da exclusão social propriamente dita, há também uma exclusão geográfica, que passa pela exclusão educacional, econômica, de saúde, de todos os serviços do Estado e da cidadania, o que nos leva a afirmar que é neste tipo de exclusão que se enquadram aquelas pessoas qualificadas como em situação de indigência ou abaixo da linha da pobreza.

Bursztyn (2000) sinaliza ainda a situação de violência social cometida contra aos pobres, afirmando que embora tenha raízes históricas, na atualidade ganhou vulto, chegando a se aproximar da realidade de países tão distantes, pois a exclusão radicaliza a pobreza (Bursztyn, 2000). Informa que esta violência tem três etapas: a desqualificação, que, segundo o autor, “demoniza o outro”; a segunda é a desvinculação que reflete a rejeição pelo outro; e a terceira é a eliminação, que está voltada tanto para o extermínio, quanto para esterilização, pelo genocídio cultural ou mesmo pela deportação (IBID.: 12-13 e Castel: 90-108).

Com este posicionamento apontado, verificamos que Bursztyn comunga da mesma idéia apontada por Nascimento, quanto ao fato dos excluídos se tornarem

pessoas desnecessárias socialmente, transformando-se em “exército de reserva em lixo industrial”, pois segundo o autor eles não têm apenas trabalho ou capacidade de gerar renda suficiente como também não têm as qualidades requeridas para nele ingressar, se tornando além de desnecessário, ameaçador, bandido em potencial (Nascimento, 2000, p. 70).

O autor apresenta ainda uma análise acerca das políticas públicas voltadas para hierarquização do uso do solo, enfocando ser este um grande vetor de espacialização do processo de exclusão, pois se produzem “territórios da exclusão que, no limite, podem ser comparados aos bantustões da África do Sul do Apartheid” (Bursztyn, 2000). O que automaticamente ligamos ao local onde o Aterro de Gramacho está instalado, denominado de território de jardim gramacho, por entendermos ser o local permeado pela ausência de políticas públicas capazes de atender sua demanda.

Finaliza apontando que o lado perverso da exclusão do trabalho leva as pessoas a se sentirem rebaixadas socialmente, fazendo com que gradativamente passe a perder todos os vínculos sociais existentes, inclusive os familiares. Neste sentido, o autor afirma que:

(...) é possível pensar em uma fórmula tradicional de resgate e reinserção, na qual o Estado tem a responsabilidade indutora, mesmo que não executora. Mas onde nunca houve políticas de proteção universalizadas, é impossível pensar em deixar ao sabor do mercado o enfrentamento da exclusão social (Bursztyn, 2000, p. 52).

Yasbek em sua análise a respeito da categoria pobreza e exclusão social, também ratifica o que Bursztyn elucida:

(...) a pobreza é uma face do descarte de mão de obra barata, que faz parte da expansão capitalista. Expansão que cria uma população sobrando, gente que se tornou não empregável, parcelas crescentes de trabalhadores que não encontram um lugar reconhecido na sociedade, que transitam margem do trabalho e das formas de troca socialmente reconhecidas (Telles 1998). Expansão que cria o necessitado, o desamparado e a tensão permanente da instabilidade no trabalho. Implica a disseminação do desemprego de longa duração, do trabalho precário, instável e intermitente, dos biscates e de outras modalidades de relacionamento da força de trabalho com o capital, que em sua essência representam uma mesma ordenação da vida social (Yasbek, 2001, p. 35).

A autora complementa sua reflexão, agregando em seu estudo os diferentes níveis de inserção social adotado pelas pessoas, ou seja, afirma que a forma pela qual o grupo se organiza, faz com que o mundo exterior avalie seu processo de desigualdade

ou não em relação aos demais, ou seja, esta forma de interagir torna-se elemento reiterador da desigualdade e que isto expressa as relações estabelecidas pela sociedade.

Enfoca ainda que a abordagem conceitual sobre exclusão social, configura-se como uma forma de pertencimento e de inserção na vida social, porque:

Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência etc), expressando as relações vigentes na sociedade (Yasbek, 2001, p. 34).

Remetemos esta posição de Yasbek ao estudo voltado para os catadores de Gramacho e, neste sentido concordamos com a autora, pois este fenômeno ocorre, na realidade, porque além de permanecerem no local para a catação, eles passam a residir no bairro e efetuam todas as atividades da sua vida social no local, o que nos leva a acreditar que além de ser uma maneira de demonstrar uma forma de pertencimento, também reitera o processo da desigualdade social existente entre os catadores e os demais trabalhadores.

O outro dado apontado por Yasbek tem relação direta com o crescimento expressivo de trabalhadores expulsos do mercado de trabalho, o que conseqüentemente permanece sem garantias de proteção social, gerando assim um contexto de subalternidade do trabalho à ordem do mercado de desmontagem de direitos sociais e trabalhistas, realidade bem próxima dos catadores do Aterro de Gramacho.

Yasbek procede ainda à análise do fenômeno da violência social contra a pobreza, enfocando a questão do aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, e ainda aqueles que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre. Esta violência social ocorre a todo tempo na realidade dos catadores, pois embora o material reciclável seja de grande valor no mercado, o trabalho de catação é totalmente desvalorizado e estigmatizado das demais atividades laborativas.

A autora amplia sua reflexão a respeito das categorias pobreza e exclusão social e enfoca que “no labirinto de problemas do país” o reconhecimento de direitos sociais para a população sem emprego, recebe alguns recuos constitucionais, crescendo assim os “abismos entre o país real e o país legal”. Complementa o raciocínio apropriando-se da fala de Paoli e Oliveira, 2000, enfocando que:

Enfrenta-se “o encolhimento da possibilidade de enunciação, no plano simbólico e político, dos direitos de cidadania em espaços públicos que possam ser regidos pelo debate, pelo conflito e pela negociação” (Paoli e Oliveira apud Yasbek, 2001, p.37).

Em sua análise, Yasbek aponta que o Estado brasileiro em seu Plano Diretor anuncia que não assumirá tarefas que a sociedade possa assumir sendo assim não se responsabiliza por questões relativas à pobreza e a exclusão social, tornando-se alvo de uma ação estatal irregular e tímida, insuficiente valendo apenas para minimizar os fortes impactos do ajuste neoliberal que promoveu ao nível de miseráveis aqueles que já eram classificados como pobres.

Finaliza seu artigo, levantando a seguinte hipótese:

É que, frente a esta conjuntura de crise e mudanças, as Políticas Públicas na área social deverão acentuar seus traços de improvisação e inoperância, seu funcionamento ambíguo e sua impotência na universalização dos acessos a serviços sociais delas derivados. Permanecerão políticas ad hoc, casuísticas, fragmentadas, sem regras estáveis e operando em redes obsoletas e deterioradas. Corremos o risco de uma grave regressão de direitos sociais (Yasbek, 2001, p. 37).

Campos et al (2004), defendem o mesmo ideário de novo e velho processo de pobreza e exclusão social e ampliam o foco de análise, elucidando que o mundo atual da desregulamentação não solapa apenas o pobre, mas também os jovens desempregados, os idosos, migrantes etc, do primeiro mundo. Arriscamos afirmar, embora não seja tema desta tese, que nos países como o Brasil, além dos atores citados, as mulheres, os negros, nordestinos e até as pessoas graduadas sem maior especialização são excluídas, porque o primeiro a realizar este processo é o próprio mercado de trabalho.

Sendo assim, o que dizer a respeito dos catadores de lixo, que na maioria das vezes são oriundos de família empobrecida, negra, migrante e a ainda foi expulso do mercado formal de trabalho e tem pouco acesso a escolarização?

Acreditamos que os autores respondem nossa indagação, quando apresentam o seguinte conceito de nova exclusão:

O conceito da nova exclusão social passou a ser cada vez mais utilizado como forma de identificar a manifestação de categorias de desigualdade, como no caso dos desprotegidos pelas políticas sociais de inclusão existentes, especialmente no caso do desemprego generalizado e de longa duração, dos moradores de rua e das pessoas de elevada escolaridade sem trabalho, como nos países europeus (Campos et al, 2004, p. 32).

A exclusão social, todavia, resultaria de um processo mais amplo e complexo no tempo, que vai para além da situação singela de não ter. Trata-se, na realidade, dos constrangimentos do ter, o que torna o fenômeno da exclusão social uma temática do ser muito mais do que simplesmente ter (Campos et al, 2004, p. 29).

Com isto, passamos a entender que, hoje, definir a categoria pobreza e exclusão social significa compreender o processo sócio-histórico, político e cultural que reflete a ausência de postos de trabalho, de acesso ao consumo, bem como a possibilidade de incluir o cidadão no espaço social, conforme aponta Bursztyn:

Quando o Estado não proporciona mecanismos de proteção sociais amplos e universais, a exclusão tende a se manifestar não apenas na dimensão social, mas também na esfera da sobrevivência.

Nessa categoria, se enquadram vários tipos de atores sociais, alguns com certa capacidade de reação, outros não (Bursztyn, 2000, p. 37-38).

Campos et al ampliam o foco do nosso entendimento, afirmando que a exclusão social é resultado de um processo mais amplo e complexo no tempo, que vai para além do fato de não ter acesso as direitos sociais, mas sim dos constrangimentos ocasionados pela ausência desses. Afirmam que este conceito passou a ser utilizado de forma mais freqüente para identificação das categorias que envolvem a presença efetiva da desigualdade social e citam como exemplo as pessoas desprotegidas das políticas sociais de inclusão, como é o caso dos desempregados de longa duração, dos moradores de rua e também dos catadores de lixo.

Os autores abordam uma questão interessante acerca da metropolização da pobreza, afirmando que, até o final da década de 1970, as cidades eram fontes de movimento migratório por conta das oportunidades de emprego e, atualmente, estes locais se tornaram territórios de desemprego, poluição, violência e enchentes, fazendo assim com que o fenômeno exclusão social em seu novo formato, torne-se uma constante.

Procuram enfocar que se o país não conseguiu superar as questões advindas da velha exclusão, não poderá combater o avanço das mazelas sociais advindas da nova exclusão. Complementam informando que o Brasil insiste em não realizar as reformas necessárias à melhoria das condições de vida da população e citam como exemplos as reforma fundiária, tributária e até mesmo social, conforme a maioria dos países desenvolvidos realizou, antes do século XX.

Consideramos importante sinalizar ainda neste contexto de exclusão social e pobreza abordada por Campos et al, que no capítulo dedicado à “Evolução da exclusão social ao longo do tempo” no livro “Atlas da Exclusão Social no Brasil: Dinâmica e manifestação territorial”, eles procuraram apresentar como elemento de análise para finalizar o capítulo a seguinte questão:

Durante as duas últimas décadas do século XX, as reformas permanecem sem serem realizadas no Brasil, mesmo com a redemocratização nacional. Agora, mais do que nunca, as condições de produção e reprodução da velha e nova exclusão social ganharam maior profundidade e complexidade. Não apenas de crescimento econômico sustentado o Brasil necessita urgentemente, mas também da realização de reformas que alterem o padrão distributivo nacional, inadiáveis quando se trata de enfrentar, sob novas bases, a exclusão no país (Campos, 2003, p. 41).

Já para José de Souza Martins, a categoria exclusão social é apenas um rótulo abstrato que não corresponde a nenhum sujeito de destino (Martins, 2001), porque excluído, para ele, é mais uma projeção feita por quem tem acesso a bens e serviços na sociedade, julgando, portanto, aqueles que não têm como diferentes. Torna-se assim um discurso daqueles que aderiram ao sistema, tanto à economia, quanto aos valores que lhes correspondem (Martins, 2001).

O que podemos compreender das reflexões de Martins é que o julgamento a respeito de pobreza e de exclusão social ocorre muito mais por aqueles que estão inseridos na vida social e participam do mundo formal do trabalho (cujo acesso a bens e serviços não são custosos) do que por aqueles que deste benefício não usufruem. Este fator torna-se preponderante na fala do autor.

Martins complementa seu raciocínio, enfocando que a mudança se deu na forma da pobreza, e elucida a questão do consumo sinalizando que:

O pobre aderiu ao mundo que o fez pobre. Tornou-se cúmplice, para desespero de quem tem uma visão de mundo pautada por uma história possível, diversa da história irremediável.

O pobre ostensivo, mal vestido ou esfarrapado, estereotipado, que havia há algumas décadas, foram substituídas pelo pobre para o qual a aparência e o aparente e, portanto, os disfarces, tornaram essenciais. Os pobres descobriram uma característica fundante da sociedade contemporânea e da Modernidade, a da realidade social como máscara, a incorporaram e por meio dela realizam a sua plena e impotente integração social. Negam o imaginário e na vivência a propalada “exclusão social” de que falam os militantes da classe média incomodada (Martins, 2002, p. 37).

Outra argumentação do autor diz respeito ao uso abusivo da noção de exclusão, como se ela pudesse explicar todas as questões sociais. Martins reafirma que a exclusão social é uma ficção, pois o que realmente ocorre é o desenraizamento, traduzido como destruição das relações sociais tradicionais e, portanto, a exclusão das pessoas em relação àquilo que elas eram e àquilo que estavam acostumadas a ser (Martins, 2001).

Complementa a reflexão, enfocando que o capitalismo promove a transformação das pessoas, desenraizando-as e fazendo se tornarem propriedades de uma única coisa, ou seja, a força de trabalho.

Ao deslocarmos teoricamente o posicionamento dos autores para o centro da discussão sobre os catadores e seu processo de construção identitária e organizacional, é possível articular a realidade do território de jardim gramacho, visto que estes trabalhadores, além de não serem incluídos no mercado formal de trabalho, são rejeitados inclusive pela natureza da tarefa que desenvolvem pela ausência de

reconhecimento formal da profissão e, ainda como afirma Nascimento (2000) e Oliveira (2003), os catadores são incluídos no seguinte grupo de excluídos:

(...) grupos sociais considerados desnecessários do ponto de vista econômico, incômodos politicamente e perigosos socialmente, o que os torna plausíveis de eliminação física (Nascimento, 2000, p. 23).

Maria do Carmo Brant de Carvalho, além de comungar das idéias já apontadas, apresenta outra contribuição ao estudo no que diz respeito ao poder, pois enfoca que pobreza não significa apenas precariedade de rendimentos, mas também falta de poder para ter acesso aos benefícios sociais existentes:

Há um consenso de que a pobreza significa não apenas ausência ou precariedade de rendimentos, mas também ausência ou precariedade de usufruto de bens e serviços sócio-urbanos básicos (educação, saúde, habitação, cultura, saneamento etc.) Pobreza significa, ainda e, sobretudo, ausência de poder.

É nesse contexto que se justifica a apreensão de que o rosto da miséria, no capitalismo moderno, pode se apresentar suavizado, mas a taxa de pauperização se expande de forma progressiva.

A pobreza não é um fenômeno conjuntural, residual, que as promessas de pleno emprego e do bom do welfare State do pós-guerra nos induziram a acreditar (Carvalho, 1997, p. 87).

Carvalho enfoca que, sem dúvida, é no terceiro mundo que a pobreza assume características dramáticas, não somente pela massiva presença dos pobres, mas também pela dificuldade de erradicá-la, o que tem como fator de limitação a transnacionalização da economia capitalista que circunscreve os países pobres à periferia da produção, do mercado e, conseqüentemente, do consumo (Carvalho, 1994).

Enumera quatro elementos propulsores de expansão da pobreza: o primeiro tem relação direta com o processo produtivo, fazendo com que a mão-de-obra humana se torne desnecessária em razão do processo de tecnologia avançado; o segundo tem relação direta com o processo de recessão praticamente mundializado e o aumento das taxas de desigualdade na partilha da riqueza produzida (Carvalho, 1994); o terceiro está condicionado aos déficits públicos crônicos; e o quarto está ligado aos processos de exclusão social e política:

A transnacionalização da economia e da política produziu “uma nação formada com os ricos do mundo inteiro, não importa a distância em que estejam fisicamente; e separados dos pobres do mundo inteiro, não importa a aproximação em que esteja fisicamente”. (Carvalho apud Buarque, 1994, p. 89).

Procura reafirmar que é no processo capitalista que a pobreza encontra resistências, ou melhor, o capitalismo não extingue a pobreza, o que ele faz é suavizar o rosto da miséria. A taxa de pauperização, porém, é progressiva, jamais regressiva, “A

acumulação e a mais-valia supõem concentração de riqueza e poder. Em consequência, supõem pobreza e subalternidade em expansão que precisa ser controlada” (Carvalho, 1994, p. 95).

Para a autora, a Assistência Social é uma política moldada para constituir-se em governo paralelo da pobreza, onde o pobre, pela ausência de rendimentos ou pela falta de poder, precisa se ancorar para alavancar sua condição de subalternidade. Ela conclui sua análise apresentado seis motivos que abalizam sua afirmativa:

1º) A política de Assistência Social tem como missão garantir a oferta de mínimos de proteção social; 2º) pelo seu recorte conjuntural; 3º) porque tende a ser reconhecida como política pública de garantia de direitos para o cidadão; 4º) tanto o Estado como as ONGs são sujeitos políticos determinantes desta política; 5º) garantia de direitos mínimos para todos que dela necessitar; 6º) a autora afirma que o mundo contemporâneo mantém as tensões postas à política de Assistência Social.

O que podemos compreender de sua reflexão é que, diante do quadro de miséria e exclusão social posto no cenário atual, devemos acreditar na política de assistência social, pois ela ainda pode garantir os mínimos sociais para aqueles que perderam sua condição de trabalhador, passando para o desempregado de longa duração, constrangido por não ter e desenraizado do processo produtivo.

Aldaíza Sposatti (1998), em seu artigo “Exclusão social abaixo da linha do equador”, procurou contribuir com as reflexões acerca do fenômeno exclusão social e, conforme os demais autores, elucida que o conceito é velho, embora com uma nova roupagem, enfoca que o terceiro mundo recebeu a herança de um perverso processo de inclusão social a partir do ideário do pós-guerra onde o primeiro construiu o modelo de Estado Social.

Complementa a afirmação enfocando que a noção de exclusão social já era tratada desde Adam Smith, quando, à luz do liberalismo, o processo era explicado como uma condição individual, e somente com Marx que esta categoria passa a ser entendida através da lógica do processo produtivo.

Informa que, no seu entender, exclusão social é um “conceito/denúncia”, devido apontar a ruptura da noção de responsabilidade social e pública construída a partir da Segunda Guerra Mundial, como também da quebra da universalidade da cidadania conquistada no primeiro mundo (Sposatti, 1998).

Apresenta suas considerações acerca da noção de exclusão social, enfocando que neste final de século apresentou duas grandes marcas: a perda de um patamar alcançado

e a aquisição do novo direito à diferença, concluindo que a exclusão social é a negação da cidadania.

Apresenta as distinções entre pobreza e cidadania, enfocando que elas têm diferenças éticas e culturais, pois exclusão social é também elemento de discriminação e é estigmatizante, enquanto que pobreza define uma situação absoluta ou relativa. Conseqüentemente, pobre é o que não tem, enquanto o excluído pode ser o que tem sexo feminino, cor negra, opção homossexual, é velho etc (Sposatti, 1998, p. 3).

Ratifica o posicionamento de Elimar Pinheiro Nascimento com relação à diferença entre e pobreza e desigualdade, respaldando-se nas categorias utilizadas pelo Banco Mundial, enfocando que pobreza não é o mesmo que desigualdade, pois enquanto pobreza diz respeito ao padrão de vida obsoleto de uma parte da sociedade; desigualdade se refere a padrões de vida relativos de toda a sociedade, pois é possível tanto com pobreza zero, quanto com pobreza máxima.

Encontramos também em estudos feitos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) as categorias pobreza e exclusão social sendo definidas e recebendo mais um elemento de análise:

Na prática a pobreza é associada à insuficiência de renda. Diz-se, portanto, que um indivíduo ou uma família é pobre quando a soma de seus rendimentos não lhe permite satisfazer as necessidades básicas de alimentação, transporte, moradia, saúde e educação. Por sua vez exclusão social é interpretada de maneira mais ampla e abrange, além da renda, restrições à **mobilidade social** (intra e intergerações) derivados de condições como raça, sexo, tipo de ocupação, condições socioeconômica, além de fatores culturais, institucionais e políticos (IPEA, 2005, p. 86).

O elemento que consideramos interessante apontar nos conceitos elaborados pelo IPEA tem relação direta com a questão de mobilidade social, visto que o que podemos verificar na realidade dos catadores do território de jardim gramacho é exatamente este fenômeno, pois embora até percebam mensalmente quantias acima de dois ou três salários mínimos, o que se torna impedimento para eles é a mudança de situação socioeconômica ou de grupo social, visto que não conseguem mudar de residência, de bairro e isto efetivamente os impede de serem classificados como pertencentes a outro tipo de grupo social.

Este posicionamento é reforçado pelo estudo realizado no livro “Brasil: o estado de uma nação”, do IPEA, quando apresentam outro entendimento de exclusão social:

Nesse sentido, a exclusão social pode ser entendida como um conjunto de mecanismos que fazem com que um indivíduo ou família, independentemente de seu esforço ou mérito, esteja limitado em sua possibilidade de ascensão social presente ou tenha

artificialmente reduzida à probabilidade de ascensão futura. O fenômeno da exclusão social assim estaria associado a mecanismos institucionais, políticos e culturais que podem impor restrições à mobilidade social efetiva ou potencial devido a fatores como posição do indivíduo no mercado de trabalho, escolaridade, cor, sexo e origem socioeconômica (Silva & Tafner, 2005, p. 87).

Outra contribuição que consideramos importante, por apresentar outra roupagem ao conceito de exclusão social, é o estudo desenvolvido por Paugam (2003) a respeito do processo que ele denomina desqualificação social, referindo-se à “precariedade do trabalho, à ausência de qualificação, ao desemprego, à incerteza do futuro, enfim, ao pauperismo, associado à crise da sociedade industrial (desde o século XIX até os dias atuais) e à exclusão propriamente dita”.

O autor complementa sua análise a respeito da questão e associa ao conceito de exclusão outra noção:

A noção de trajetória, ou seja, de que há um processo que deve ser visto longitudinalmente, o que permite apreender o percurso temporal de indivíduos em confronto com o ambiente mais ou menos permeável; em segundo lugar, o conceito de identidade, positiva ou negativa, de crise e de construção dessa identidade; e o aspecto da territorialidade, ou seja, a base espacial que abriga processos excludentes, incluindo a segregação (Paugam, 2003, p.15).

O autor identifica a partir do conceito de desqualificação social entre os atingidos por esse processo, três diferentes tipos de indivíduos em estado de privação, não apenas material, mas em vários outros sentidos: os assistidos (que denotam dependência dos serviços), os fragilizados (que guardam ainda distância da distância dos serviços) e os marginalizados (que rompem com os vínculos sociais).

Outro subsídio importante do mesmo autor para este estudo é a descrição sobre a marginalidade organizada, pois contribui para o entendimento da postura adotada pela categoria de catadores em determinados momentos:

A marginalidade organizada corresponde à reconstrução simbólica de um contexto cultural tolerável em um espaço controlado pela experiência das trocas e das atividades cotidianas e, às vezes, graças aos recursos do imaginário. Por meio do espaço vivido, que contém potencialmente a história de seus conflitos e fracassos, mas também de festas e momentos felizes, essas pessoas acabam tendo acesso a uma forma de identidade positiva. Não se trata, porém, de um anseio de mudança de status, mas, antes, de uma adaptação individual a uma condição que pode ser considerada como no limite da exclusão social (Paugam, 2003, p. 177).

Paugam finaliza sua análise enfocando que o estudo realizado a respeito do conceito de desqualificação social, permitiu conhecer as relações sociais que se estabelecem entre as pessoas, sobretudo entre as famílias atendidas pelos serviços de ação social na França e, inclusive, as semelhanças no que diz respeito ao sentimento de

status desvalorizado existente entre os fragilizados e os assistidos. Para ele ficou claro que os marginalizados e os assistidos se constituem a partir das antigas e novas formas de pobreza, enquanto os fragilizados formam o que chamou de “nova população”. O que não foge das outras reflexões efetuadas quanto à nova e velha exclusão.

Diante de inúmeras questões que permeiam as condições de pobreza e de exclusão social, consideramos oportuno apresentar outra categoria que julgamos ser transversal ao tema, que é a questão da cidadania.

Encontramos em Wanderley Guilherme dos Santos questões referentes à pobreza, como a relativa à exclusão social, que rebate transversalmente a noção de cidadania, uma vez que o autor enfatiza que somente são reconhecidos como cidadãos aqueles que têm reconhecida a sua profissão por meio da perspectiva legal; do contrário, o que ocorre é uma pré-cidadania, isto porque, segundo Santos:

(...) são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados e a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membros da comunidade. A cidadania esta embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei (Santos, 1979, p. 75).

Santos conceitua cidadania como regulada, visto que, para o autor, o homem precisa provar sua condição de trabalhador, ou seja, estar inserido no mercado formal de trabalho, através de comprovação pelo sistema de estratificação ocupacional, para fazer jus aos benefícios sociais; portanto, não há respaldo em um código político, onde o seu acesso aos direitos sociais estaria assegurado calcado na dignidade da pessoa humana, mas sim na importância da comprovação de ser trabalhador formal e reconhecido legalmente.

Embora a conceituação a respeito de cidadania regulada tenha sido uma questão levantada anteriormente à Constituição Federal de 1988, que determina a universalização dos direitos sociais, o que pudemos constatar ainda é que este tipo de cidadania, embora seja ilegal, é presente no cenário nacional.

Ratificando esta posição, encontramos Vera da Silva Telles, em seu estudo sobre pobreza e cidadania, focalizando que:

É a cidadania regulada, de que fala Wanderley Guilherme dos Santos (1979). Dissociado de um código universal de valores políticos e vinculados ao pertencimento corporativo como condição para a existência cívica, é um modelo de cidadania que não

construiu a figura moderna do cidadão referida a uma noção de indivíduo como sujeito moral e soberano nas suas prerrogativas políticas na sociedade. A rigor, este não tem lugar na sociedade brasileira, já que sua identidade é atribuída pelo vínculo profissional sacramentado pela lei, que o qualifica para o exercício de direitos.

(...) Desempregados, desocupados, subempregados, trabalhadores sem emprego fixo ou ocupação definida são na prática transformados em pré-cidadãos, “sujeitos ao tratamento hobbesiano clássico”, ou seja, repressão pura e simples, tanto privada como estatal (Telles, 2001, p. 75-76).

Com isto, podemos afirmar que, embora seja prerrogativa legal toda e qualquer pessoa ter acesso aos serviços públicos e, se desempregado ou em precária situação de sustentabilidade, usufruir dos benefícios da Assistência Social, reafirmamos que mesmo assim é necessário comprovar seu estado de miserabilidade, então esta condição passa da cidadania regulada (Santos, 1979), para o que Sonia Fleury conceituou de cidadania invertida, pois em seu artigo “Por uma sociedade sem excluídos (as)” a autora enfoca que:

Cidadania invertida é quando o indivíduo entra em relação com o Estado no momento em que se reconhece como não cidadão. Tem como atributos jurídicos e institucionais, respectivamente, a ausência de relação formalizada de direito ao benefício, o que se reflete na instabilidade das políticas de assistência, além de uma base que reproduz um modelo de voluntariado das organizações de caridade, mesmo quando exercidas em instituições estatais (Fleury, 2007, p. 76).

Neste sentido, procura elucidar que a proteção social, só ocorre para as pessoas pobres ou indigentes, ou até mesmo, afirma a autora, para aqueles que fracassaram no mercado de trabalho, tornando-se objeto da caridade privada ou pública (Fleury 1995), por meio de caráter preventivo ou punitivo.

Conseguimos localizar a questão dos catadores do território de jardim gramacho, nesta afirmação da autora, visto que, uma vez identificados, não são vistos como trabalhadores do mercado formal, portanto não são vinculados aos sistemas que lhes asseguram aposentadoria e benefícios previstos na previdência, e acabam por permanecer no contexto da cidadania universal, ainda que limitada pelo pertencimento dos cidadãos e cidadãs a um Estado nacional. (Fleury, 2007).

Sonia Fleury amplia esta análise, enfocando que este modelo de cidadania universal que esta determinada pela Constituição Federal de 1988, é um modelo homogêneo, sem peculiaridades de gênero, porque na época a mulher não estava tão presente no mercado de trabalho, e deixa de levar em conta a condição da maternidade e

ao trabalho doméstico ou cuidado, exercidas pelas mulheres, mas chama a atenção para informar que já vem sendo discutida e incorporada como direito da cidadania.

Diante de diversos conceitos que consideramos significantes, pinçamos alguns pontos que são comuns entre os autores, e agregamos novos condicionantes à realidade estudada, ou seja, ao mundo dos catadores de gramacho, para garantirmos a aproximação mais fiel do nosso estudo.

Podemos enfocar que o catador do território de jardim gramacho pode ser classificado como um pré-cidadão, tendo em vista a profissão não ser regulamentada, embora o projeto de lei esteja tramitando no Congresso e o Ministério do Trabalho tenha promovido sua classificação no Código Brasileiro de Ocupações (CBO). Este trabalhador não tem acesso aos direitos sociais, portanto necessita passar pelo crivo da não igualdade, tendo necessariamente que provar e comprovar seu estado de miserabilidade, ou melhor, passar a ser uma figura da pobreza incivil como pontua Telles (2001):

Se é verdade que a matriz corporativa dos direitos produz a figura da pobreza incivil, sabe-se hoje que a tradição assistencial não começa com o Estado getulista, mas com a filantropia privada cujas origens remontam ao Brasil colonial. Tradição que será redefinida no século XIX e continuará pelas três primeiras décadas desse século como lugar de pobreza desvalida (Abreu, 1990). Como mostra Aldaíza Sposati, no pós-30, o assistencialismo será resgatado e redefinido pelo Estado getulista, institucionalizando e sacramentando o que os autores chamam de “gestão filantrópica da pobreza” – paralelamente à centralização e estatização dos serviços para os trabalhadores de posse de seus direitos de cidadania, a assistência social seguirá, ao contrário, o caminho da descentralização através da articulação do Estado com a filantropia privada responsável pelos destituídos dos atributos da cidadania. Enquanto a regulamentação profissional segmenta a sociedade em cidadãos e não cidadãos, o perfil das instituições de proteção social irá, portanto, produzir a segmentação estigmatizadora entre trabalho e pobreza. Trabalho e pobreza transformam-se, assim, em dois modos antimônicos de existência social (Telles, 2000, p. 27).

Sendo assim, a realidade dos catadores nos leva a fechar um quadro conceitual, onde as categorias pobreza, exclusão social e cidadania sempre que forem citadas, terão como sustentação teórica os componentes de análises dos autores aqui estudados, mas com a peculiaridade particular daqueles que habitam o território de jardim gramacho.

Entendemos que os catadores de gramacho são sujeitos de uma ação determinante do mundo atual, isto é, de um mundo globalizado com vistas ao neoliberalismo que a cada dia promove a desregulamentação do trabalho, tornando, portanto, a informalidade a única fonte de sobrevivência e com isto a fonte real de

realização de sua atividade laborativa; portanto, por vezes sendo excluído do acesso aos direitos sociais assegurados ao trabalhador do mercado formal.

Neste sentido, são pessoas classificadas como pré-cidadãos, tomando o termo de Wanderley Guilherme dos Santos, pois a profissão de catador de materiais recicláveis, ainda não foi regulamentada, tornando os catadores, portanto, pessoas sem acesso e sem chancela estatal em termos profissionais. Ou ainda, conforme aponta Sposatti apud Telles:

Direitos que recriam desigualdades, pela sua vinculação profissional, são também direitos que não se universalizaram, sobrepondo às diferenças sociais outras clivagens que transforma em não-cidadãos os que não escapam as regras do contrato. Esses são os não-iguais, os que não estão credenciados à existência cívica justamente porque privados de qualificação para o trabalho. São os pobres, figura clássica da destituição. Para eles, foi reservado o espaço da assistência social, cujo objetivo não é levar condições de vida, mas minorar a desgraça e ajudar a sobreviver na miséria (Sposatti, 1988). Esse é o lugar dos não direitos e da não cidadania. É o lugar no qual a pobreza virá “carência”, a justiça se transforma em caridade e os direitos, em ajuda a que o indivíduo tem acesso não por sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está excluído. É o que Aldaíza Sposatti chama de “mérito da necessidade”, que define a natureza perversa de uma relação com o Estado que cria a figura do necessitado, que faz da pobreza um estigma pela evidência do fracasso do indivíduo em lidar com os azares da vida e que transforma a ajuda numa espécie de celebração pública de sua inferioridade, já que o seu acesso depende do indivíduo provar que seus filhos estão subnutridos, que ele próprio é um incapacitado para a vida em sociedade e que a desgraça é grande o suficiente para merecer a ajuda estatal. (Telles, 2001, p. 26)

Em relação à situação de pobreza e de exclusão, os catadores, embora percebam quantias acima de um dos balizadores de medição da categoria pobreza, que no caso é o salário mínimo, arriscamos afirmar que são pessoas pobres e excluídas socialmente de acesso, que vai desde a informação até aos benefícios e serviços sociais postos pelo atendimento da população trabalhadora, e algumas pessoas que atuam na atividade de catação, arriscamos ainda em classificá-las como pessoas que estão abaixo da linha da pobreza. Isto porque tomamos como ponto de sustentação teórica a questão da mobilidade social apontada pelo IPEA como movimentos de um indivíduo ou grupo de indivíduos entre diferentes segmentos ou estratos da sociedade, tornando assim um dos impeditivos de ascensão da pobreza e, conseqüentemente, de acento no processo de exclusão social, pois embora o rendimento seja acima de R\$ 415,00, (Quatrocentos e Quinze Reais) na maioria das vezes é “líquido”, conforme aponta (Bauman, 2005), ou seja, é diluída com compromissos domésticos que não garantem acesso à seguridade

social, previdência, bem como à aquisição de bens oferecidos aos cidadãos trabalhadores formalmente reconhecidos pelo poder estatal.

Nenhum compromisso dura o bastante para alcançar o ponto sem retorno. Todas as coisas, nascidas ou feitas, humanas ou não, são até segunda ordem e dispensáveis. Um espectro paira sobre os habitantes do mundo líquido-moderno e todos os seus esforços e criações: o espectro da redundância.

A modernidade líquida é uma civilização do excesso, da superfluidade, do refugo e de sua remoção (Bauman, 2005, p. 120).

Enfim, a categoria profissional catador aqui estudada é reconhecida como de pessoas pobres, excluída socialmente de direitos sociais, mas por vezes incluída perversamente em alguns cenários brasileiros, principalmente os das cobranças de impostos e posturas de cidadão no compromisso cívico do voto entre outros que não envolvam compromisso estatal; pois os valores recebidos no mercado da informalidade permitem a aquisição de utensílios domésticos, vestuário entre bens, mas, no entanto, não os reconhece como cidadão pleno de direitos sociais adquiridos, como qualquer trabalhador reconhecido no mercado formal de trabalho.

2.2

“Território” e “territorialidade”: para além do espaço geopolítico¹

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas.

Milton Santos, 2006.

Dando continuidade a construção teórica deste estudo, iremos trabalhar as categorias território e territorialidade, por considerarmos serem estes elementos fundamentais para o entendimento da relação dos catadores com o bairro de jardim gramacho.

O bairro de Jardim Gramacho, além de abrigar o Aterro Metropolitano, abriga também, em termos de moradia cerca de 43% dos 142 catadores abordados na pesquisa e ainda 42% de moradores do Município de Duque de Caxias, reservando apenas 15% para os demais Municípios da Baixada Fluminense, o que pode ser demonstrado através do gráfico 1, anexo 7.4, p. 173.

¹ Agradecemos ao Professor Augusto César da Silva do Departamento de Geografia e membro da banca, por suas observações a respeito das diferenças de conteúdo dos conceitos de território e territorialidade do campo da Geografia para o das Ciências Sociais, mas neste trabalho estes conceitos foram definidos de acordo com o conteúdo e peculiaridades do campo de trabalho voltado para a área social.

Neste sentido, tornou-se condição fundamental para fins de nosso estudo, compreender como estas pessoas se relacionam com o bairro e também com o Município. Ademais, nosso entendimento acerca desta categoria vai além do contexto geopolítico.

Diante da importância de compreendermos como se estabelecem as relações nestes espaços singulares, efervescente de relações sociais, econômicas, culturais dentre outras, buscamos em Milton Santos o conceito de território:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. **O território usado é o chão mais a identidade.** A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise (Santos, 2006, p. 14). [Grifo nosso].

Milton Santos apresenta outro elemento que permeia o território: o dinheiro. Elucida que ele aparece em função do processo econômico, devido ao fato da relação de troca não ser mais satisfatória. Então o dinheiro torna-se elemento fundamental não só do comércio, mas também como medida de valor dada ao trabalho e aos seus resultados.

Complementa sua posição, enfocando que ocorreu uma metamorfose ao longo do tempo, visto que o dinheiro no início dos tempos não era expressivo, era local e limitado, e o território é que regia o dinheiro, pois este era usado por uma “sociedade localizada” (Santos, 2006).

No entanto explica que na atualidade vem ocorrendo o inverso, devido aos componentes serem pólos da vida contemporânea. Com este sentido, Santos elucida que o dinheiro busca tudo desmanchar e o território mostra que há coisas que não podem ser desfeitas (Santos, 2006, p. 13).

Ainda refletindo sobre a questão do território e o dinheiro, Santos enfoca que no Brasil existem várias modalidades de dinheiro, mas é o dinheiro-moeda que provoca um ponto isolado no estado mais pobre, visto que ele provoca desigualdade em razão de não fluir da mesma forma para todos:

(...) o território também pode ser definido nas suas desigualdades a partir da idéia de que a existência do dinheiro no território não se dá da mesma forma. Há zonas de condensação e zonas de rarefação do dinheiro. Todavia, o comando da atividade financeira está ali onde os dinheiros todos podem estar presentes (...). Mas, sobretudo, o comando se dá a partir do dinheiro global. Esse dinheiro fluído, que é também invisível, um dinheiro tornado praticamente abstrato, um dinheiro global e um dinheiro despótico (Santos, 2006, p. 17).

Pensando no território de jardim gramacho, esta contribuição de Santos é muito valiosa, tendo em vista que o catador tem uma relação semelhante à apontada pelo autor, visto que são reféns da atividade de catação e consequentemente do dinheiro resultante do trabalho desenvolvido. Mas por este não fluir da mesma maneira para todos, os catadores passam a ser os menos beneficiados neste processo, pois embora desenvolvam a tarefa mais árdua do processo produtivo da cadeia industrial da reciclagem, são os menos favorecidos. Isto porque este dinheiro é global e, portanto, torna-se “invisível” e abstrato conforme elucida Santos:

Nunca na história do homem houve um tirano tão duro, tão implacável, quanto esse dinheiro global. É esse dinheiro global fluido, invisível, abstrato, mas também despótico, que tem um papel na produção atual da história, impondo caminhos às nações. O equivalente geral torna-se afinal o equivalente realmente universal. Mas esse dinheiro não é sustentado por operações da ordem da infra-estrutura. É um dinheiro sustentado por um sistema ideológico. Esse dinheiro global é o equivalente geral dele próprio. E por isso ele funciona de forma autônoma e a partir de normas (Santos, 2006, p. 17).

Justifica esta posição, enfocando que o território continha o dinheiro, tendo em vista ser este um “território usado” (Santos, 2006, p. 19), isto é, o lugar onde a efervescência das ações se processa, sejam elas financeiras, fiscais ou sociais, mas atualmente é o dinheiro que promove todas as ações, conforme aponta o autor:

Antes o território continha o dinheiro, que era em parte regulado pelo dinheiro, pelo território usado. Hoje, sob a influência do dinheiro, o conteúdo do território escapa a toda regulação interna, trazendo aos agentes um sentimento de instabilidade, essa produção sistemática de medo que é um dos produtos da globalização perversa dentro da qual vivemos, esse medo que paralisa, esse medo que nos convoca a apoiar aquilo que não cremos apenas pelo receio de perder ainda mais (Santos, 2006, p. 19).

Portanto, o autor elucida que o território sofreu todo um processo de mudança devido à globalização, e isto se deu em todas as esferas – no “conteúdo demográfico”, no econômico, no fiscal, no financiamento, no político – e estas mudanças são rápidas e consonantes com o avanço tecnológico proposto no mundo global.

O autor complementa focalizando o rebatimento deste processo no Brasil, afirmando que o território brasileiro se tornou “ingovernável” (Santos, 2006, p. 20), por este ser reconhecido como “(...) o lugar de todos os homens, de todas as empresas e de todas as instituições, o país também se tornou ingovernável como nação, como estado e como município” (Santos, 2006, p. 20-21).

Transferindo este dado de ingovernabilidade para o território de jardim gramacho, é possível entender porque há um crescimento desordenado do processo de

favelização e do quantitativo de catadores, que vão em busca da sobrevivência para o local e além de trabalhar, habitam, enfim acabam por resolver todas as suas demandas no local. Este ponto também é observado por Santos:

E outro dado que resiste a essa ação cega do dinheiro e à cidadania. No caso do Brasil isso é grave, porque o fato de que jamais tivemos cidadãos faz com que a fluidez dessas forças de desorganização se estabeleça com a rapidez com que se instala (Santos, 2006, p. 21).

Consideramos também de grande importância o que vem sendo apontado por Santos e que acreditamos que possa contribuir para nosso estudo, o que ele denomina de recortes de horizontalidades, de verticalidades dentro do território e também de espaço banal e espaço das redes, pois o autor enfoca que estes recortes são originados pelo processo de transnacionalidade e que o território abarca expressando o conflito que há entre o global e o local.

Segundo Santos, estaríamos hoje perante uma dialética do território das geografias das desigualdades produzidas pelo sistema-mundo, as quais permitem ver o território como dimensão histórica do processo de globalização e fragmentação. Santos enfoca que o processo de globalização tem vários matizes e um deles é, no caso europeu, a revitalização da região como unidade geográfica:

Globalização? Espaço global? E ao mesmo tempo a tendência à fragmentação. Mas que fragmentação? Uma das manifestações é a relevância do local, mas o local é uma fragmentação em sentido próprio e não apenas figurado, é a ruptura de laços políticos-territoriais, com a ambição de criar novas fronteiras e novos Estados (Santos, 2006, p. 11).

Prossegue suas reflexões acerca destes recortes e enfoca que as horizontalidades são promotoras da ação solidária dos iguais, promovendo o que foi denominado no Brasil por Jacques Bourdeville, discípulo de François Perroux, de espaço banal, que seria o espaço de todos dentro do território, o que, para o autor, desembocaria em uma ação solidária.

Já a questão do recorte focado para verticalidades seria o que o autor denominou de relação dos pontos distantes ligados por um processo social, chamado então de espaço em redes que também é defendido por Manuel Castells (2002). No entanto, para Santos, entre o espaço banal e o espaço em rede há uma oposição, visto que as redes deixam de fora alguns, pois não promove a ação solidária, conforme o autor aponta:

As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes,

com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns (Santos, 2006, p.16).

Complementa a afirmação enfocando que atualmente o território pode ser constituído de lugares próximos e de lugares estabelecidos em rede, e que estes são os mesmos lugares que tanto podem formar as redes como também os espaços banais. No entanto, funcionam de formas distintas ou, até mesmo como aponta Santos, são opostos.

Por acreditar na perspectiva do fazer solidário, o autor apresenta três formas que ocorrem no território atual. A primeira diz respeito ao acontecer “homólogo” – “é aquele das áreas de produção agrícola ou urbana, que se modernizam mediante uma informação especializada” –, isto é, tem relação direta com as semelhanças (Santos, 2006, p. 17).

“O segundo acontecer tem a denominação de “complementar” que é aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades, consequência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo” (Santos, 2006, p. 17).

O terceiro, o acontecer “hierárquico”, é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados e nos obrigam a pensar na produção desse comando, dessa direção, que também contribuem para a produção de um sentido, impresso à vida dos homens e à vida do espaço” (Santos, 2006, p. 17).

Transferindo esta reflexão para pensar qual é o acontecer que se processa no território de jardim gramacho em relação aos catadores, elegemos a terceira fase – acontecer hierárquico –, visto que os catadores, em sua maioria, ainda se submetem ao poder do atravessador para processar a cadeia industrial de reciclagem. Embora Santos condene neste mundo globalizado a perspectiva de rede, acreditamos que esta, no caso dos catadores de Gramacho, se processe em um misto entre o espaço banal e o espaço das redes. Na busca do fortalecimento desta categoria, romper com o poder do dinheiro torna-se missão espinhosa e um grande desafio para os catadores no território de jardim gramacho.

Isto porque o desafio posto não é, na verdade, para vencer o dinheiro, visto que ele é elemento presente no território. É necessário superar as formas que ele se metamorfoseia neste mundo global, conforme aponta Santos:

Trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica. A sobrevivência do conjunto, não importa que os

diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade do interesse comum (Santos, 2007, p.109).

O autor apresenta uma reflexão acerca destas questões que, se não explica, pelo menos auxilia no entendimento do território de estudo. Santos denominou de “esquizofrenia do lugar” tudo aquilo que se torna ambíguo e que, por vezes, nos deixa confusos para explicar ou até mesmo entender, porque que estes atores, os catadores, respondem algumas questões tornam contraditória a realidade que vivem, e isto pode ser esclarecido com a fala de Santos:

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem vetores da globalização, que neles se instalam para impor nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados. Crescentemente reunidas em cidades cada vez mais numerosas e maiores, e experimentando a situação de vizinhança (que, segundo Sartre, é reveladora), essas pessoas não se subordinam de forma permanente à racionalidade hegemônica e por isso, com frequência podem se entregar às manifestações que são a contraface do pragmatismo. Assim junto à busca da sobrevivência, vemos produzir-se, na base da sociedade um pragmatismo mesclado com a emoção, a partir dos lugares e das pessoas juntos (Santos, 2007, p.114).

O autor complementa esta afirmação falando a respeito da questão da cidadania, e enfoca que no Brasil esta questão é muito presente e precisa ser revalorizada, visto que ser cidadão em países de grande extensão territorial significa estar submetido ao que é conceituando de “cidadania integral”:

Ser “cidadão de um país”, sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir, apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a se alcançada nas escalas subnacionais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político (Santos, 2007, p. 113).

Santos chama atenção nesta reflexão para o fato de ser cumprido no Brasil somente o que está previsto constitucionalmente, pois o exercício da cidadania de forma plena, onde seja assegurado o acesso ao trabalho e outras garantias sociais não é cumprido, fator que também é realçado por Sonia Fleury (2007), quando discorre acerca da questão da cidadania universal.

Podemos exemplificar este posicionamento com a fala de um dos catadores, liderança do movimento de organização em gramacho, quando este apresenta a importância do processo de organização da categoria. No entanto, conforme já sinalizamos a profissão ainda não foi regulamentada legalmente, portanto não há

registro civil de profissional, conforme afirma Wanderley Guilherme dos Santos (1979), fazendo assim com que sejam identificados como não-cidadãos:

Sou catador, tenho 28 anos, eu acho que a maior importância é o catador ser discutido hoje, é assim é de uma maneira mais do próprio catador ser protagonista dessa história, porque dizer que o trabalho já é, todos os catadores estão conscientes desse trabalho, os catadores não estão, mas o processo de debate de discussão dos próprios catadores, uns porque aderem ao movimento que a Associação e outros porque não aderem, acho assim que a maior importância foi colocar em questionamento tudo que acontece dentro do Jardim Gramacho, desde o processo de organização dos catadores até seu próprio fechamento.[O fechamento aqui mencionado refere-se ao encerramento da atividade de vazamento de lixo]. Acho que o processo de organização da Associação e que existe uma organização de catadores protagonizada pelos próprios catadores que têm seus defeitos, mas que esta tentando discutir o processo de organização e a importância do catador ter a consciência do papel que ele exerce na sociedade que é um papel importante (Sebastião dos Santos entrevista em 21/05/2007).

Embora a fala do Sebastião seja vibrante e carregada de otimismo em relação ao processo de organização da categoria, acreditamos que ainda não traduza o que realmente ocorre no território de jardim gramacho, visto que hoje ainda se contabiliza na frente de serviço, no garimpo direto do lixo, cerca de 1.180 catadores de lixo, ou seja, trabalhadores que ainda estão sem ou com muito pouca consciência da importância de seu trabalho, por isso continuam trabalhando de forma isolada, solitária sem prática coletiva, e somente na condição de catadores de materiais recicláveis, inseridos na COOPERGRAMACHO ou na ACAMJG um contingente de cerca de 10%, do universo total.

Ao enfatizar sua posição em relação ao nível de consciência dos catadores, percebemos que o catador Sebastião não conseguiu dimensionar a realidade no território de jardim gramacho, pois a promoção da prática de convencimento de todos para uma ação focada na perspectiva de coleta seletiva e de catação de forma mais salubre, fora da frente de serviço através da ação coletiva, nos parece ainda remota, visto que tanto a COOPERGRAMACHO como a ACAMJG, ainda não contam com um efetivo representativo dos catadores, pois a maioria ainda prefere desenvolver a atividade individualmente.

Neste sentido, acreditamos que seja ainda prematuro somente alicerçar o processo de organização dos catadores calcados na perspectiva do protagonismo da história, se ainda a construção identitária desta categoria encontra-se no início, além do que nos parece prudente pensar que necessitarão da participação de atores influentes para construir parcerias na promoção de diversos processos, como o educacional, o

político, o cultural, o econômico, entre outros que possam alavancar a capacitação necessária, unindo a experiência acumulada por eles e as técnicas advindas do mundo globalizado, onde o avanço tecnológico é efervescente e, a cada dia, automatiza todas as tarefas antes processadas pelo ser humano.

Contamos com a contribuição de Milton Santos para compreender que entre a fala da liderança dos catadores e a realidade do território de jardim gramacho há realmente um processo de distanciamento, que por vezes não é entendido pela lógica da rotina de trabalho, pois os catadores estão acostumados a lidar com questões afetas à relação estabelecida no próprio território de jardim gramacho, onde o poder é estabelecido entre eles e os atravessadores. Há um fundamento na “esquizofrenia do lugar”, conforme afirma o autor:

É este o fundamento da esquizofrenia do lugar. Tal esquizofrenia se resolve a partir do fato de que cada pessoa, grupo, firma, instituição realiza o mundo à sua maneira. A pessoa, o grupo, a firma, a instituição constituem *o de dentro do lugar*, com o qual se comunicam, sobretudo pela mediação da técnica e da produção propriamente dita, enquanto o mundo se dá para a pessoa, grupo, firma, instituição como *o de fora do lugar* e por intermédio de uma mediação política (Santos, 2007, p. 115).

Milton Santos complementa sua reflexão, enfocando que:

Uma filosofia banal começa por se instalar no espírito das pessoas com a descoberta autorizada pelo cotidiano, da não-autonomia das ações e dos seus resultados. Este é um dado comum a todas as pessoas, não importa a diferença de suas situações. Mas outra coisa é ultrapassar a descoberta da diferença e chegar à sua consciência (Santos, 2007, p. 115-116).

É nesse sentido que pensamos o que deve ocorrer com as lideranças dos catadores no território de jardim gramacho, visto que se faz necessário saírem do estado de “dentro do lugar” para irem para “fora do lugar” (Santos, 2006), com a finalidade de chegarem ao estado da consciência necessário para promoção da construção identitária, categoria que iremos tratar no próximo capítulo.

Ampliando as reflexões acerca da categoria território, encontramos ainda Milton Santos abordando a questão da territorialidade, pois para ele esta categoria vai para além da noção de espaço:

(...) territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence... esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem (Santos, 2006, p. 19).

Complementa a reflexão, apontando que ao adotarmos esta linha de raciocínio, temos que compreender a noção de “espaço territorial”, enfocando que independentemente de sua conceituação, este espaço está sempre em transformações sucessivas embora os “termos da equação” (Santos, 2006, p.20) continuem os mesmos, conforme aponta:

O que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. Como se trata de uma proposta totalmente empirizável, segue-se daí o enriquecimento da teoria (Santos, 2006, p.20).

Portanto, na divisão territorial deste espaço, há dois lados: um do “trabalho vivo” nos lugares que compreende a existência das pessoas e outro do “trabalho morto e dos naturais”, que envolvem o processo de regulação e os modos de organização social. Santos afirma que:

A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições. Nos dias atuais, um novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida da sociedade. É a ciência que, dominada por uma técnica marcadamente informacional, aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual. O meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização (Santos, 2006, p.21).

Ele amplia sua reflexão a respeito da territorialidade, apontando que o uso do território é marcado pela infra-estrutura existente, que ele também chama de “sistemas de engenharia” (Santos, 2006, p.21), mas que vai além deste fato civil para o contexto da dinâmica econômica, política, educacional, cultural e social existente. Isto é, este processo se dá por conta de todas as dinâmicas implantadas e implementadas dentro do espaço geográfico, inclusive no que diz respeito ao processo de extensão da cidadania. Este fato se comprova com a fala do autor:

O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estrutura, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação de sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (M. Santos, 1987; M.L.Silveira, 1997) (Santos, 2006, p. 21).

Procuramos articular esta reflexão ao território de jardim gramacho e acreditamos que a territorialidade tem nos levado a pensar como serão estabelecidas as relações de trabalho para os catadores, uma vez que necessitam fortalecer o processo de

organização em busca de promover não somente a retirada dos catadores da frente de serviço, face mais perversa da atividade de catação. Como também propor ao Poder Público a implantação da política pública de Coleta Seletiva, que não existente na maioria dos Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Cada vez mais se fortalece outro ponto apontado por Milton Santos a respeito do povoamento do território, principalmente, quando articulamos com a realidade econômica da catação em gramacho, que a cada dia atrai quantitativo significativo de desempregados na esperança de sobreviverem das sobras, e isto se confirma quando Santos afirma que:

Outro dado indispensável ao entendimento das situações ora vigente é o estudo do povoamento, abordando, sobretudo em sua associação com a ocupação econômica, assim como os sistemas de movimento de homens, capitais, produtos, mercadorias, serviços, mensagens, ordens. É também a história da fluidez do território, hoje balizada por um processo de aceleração (M. Santos, 1996). Com a instalação de um número cada vez maior de pessoas em um número cada vez menor de lugares, a urbanização significa ao mesmo tempo uma maior divisão do trabalho e uma imobilização relativa e é, também, um resultado da fluidez aumentada do território (Santos, 2006, p. 21).

Este dado abordado por Santos tem relação direta com o território de jardim gramacho que hoje abriga, segundo Diagnóstico Social do IBASE (2005), cerca de 40.000 habitantes, contando com cerca de somente 16 ruas asfaltadas e oficiais, pois há mais 32 ruas sem asfalto e ainda 16 ruas pertencentes às ocupações clandestinas mais recentes que ainda não foram registradas oficialmente pelo o Município de Duque de Caxias, conforme demonstra fotografia 12 de satélite anexo 7.2, p 169.

O autor finaliza suas reflexões, enfocando que a territorialidade tem seu arcabouço tanto voltado para ações técnicas como para os objetos técnicos e nos insumos técnico-científicos que tendem a aumentar a eficácia, a divisão e a especialização do trabalho nos lugares, mas para tanto se faz necessário o território condicionar a localização dos atores, movendo ações que sobre ele se operem.

Trazendo para o centro de nosso estudo estas reflexões, torna-se claro que o processo de organização e capacitação técnica dos catadores do território de jardim gramacho se evidencia como condição fundamental para eles se movimentarem e, com isto, manterem uma territorialidade capaz de cimentar a manutenção do trabalho que desenvolvem de forma salubre, não perigosa e penosa, e geradora de trabalho e renda para aqueles potencialmente capazes, isto é, para homens e mulheres na idade adulta

que tenham plenas condições físicas, motoras e intelectuais para desenvolver o trabalho de coleta seletiva de materiais potencialmente recicláveis.

Ao trazer esta discussão acerca de território para o interior das reflexões na perspectiva social, encontramos Dirce Koga apontando a questão da categoria território imbricada com as categorias pobreza e exclusão social:

(...) como um dos elementos potenciais para uma nova perspectiva redistributiva possível para orientar as políticas públicas. A redistribuição viabilizada pelo acesso às condições de vida instaladas no território onde se vive soma-se aos demais processos redistributivos salariais, fiscais ou tributários, fundiários e das garantias sociais, como própria reforma fundiária, a reforma fiscal, Parto do pressuposto de que as políticas públicas ao se restringirem ao estabelecimento prévio de públicos-alvos ou demandas genéricas apresentam fortes limitações, no que se refere a conseguirem abarcar as desigualdades concretas existentes nos diversos territórios que compõem uma cidade, e assim permitir maior efetividade, democratização e conquista de cidadania (Koga, 2001, p. 14-15).

Complementa a autora, elucidando que, “(...) o território não se configurará como um simples “acidente de percurso”, mas efetivamente um sujeito em ação, onde a cidadania ganha vida ativa” (Koga, 2001, p. 15).

A autora finca a posição de que este espaço é o lugar do acontecimento não só de trabalho, mas também de garantia de direitos, fator que poderá nos auxiliar, visto que no caso do nosso estudo, os catadores além de trabalharem no lugar, residem com seus familiares. Então se faz necessário o território ser dotado de bens e serviços colocados à disposição da população residente e necessitada.

Enfocamos esta questão, tendo em vista que foi possível identificarmos que do universo pesquisado (142 catadores de lixo), somente 24, (17%) são contemplados por benefícios sociais dos programas governamentais, pois os 118 restantes (83%) não têm garantias de direito previsto pela Política Pública de Assistência Social.

Ampliando algumas informações e confirmando os resultados da pesquisa de tese, encontramos no Diagnóstico Social elaborado pelo IBASE (2005), as seguintes questões:

Com relação a outras esferas de governo, a Federação das Associações de Moradores de Duque de Caxias – MUB, realizou no bairro o trabalho de cadastro do Bolsa Família – Programa do Governo Federal, porém esbarrou na burocracia do programa diante da miséria e escassez de informações dos moradores locais. Para receber a bolsa, todas as crianças da família teriam que estar matriculadas na escola (em um local que não tem escola para todo mundo e a condução para outros). bairros é precária) e estar com a vacinação em dia (tinha gente que nunca havia sido

(vacinada). Alguns não puderam nem se cadastrar, pois não tinham certidão de nascimento e conseqüentemente, não tinham outros documentos. Das 400 pessoas cadastradas, apenas 200 recebem hoje a bolsa (IBASE, 2005, p. 17).

Tendo como perspectiva a representação do conhecimento geográfico, Koga sustenta teoricamente suas posições em Milton Santos para desenvolver sua análise a respeito de território e, valendo-se da contribuição do autor, elucida que a análise territorial deve ir além da cartografia. Apresentando conceitualmente o espaço como “sistema de objetos e sistemas de ações”, e afirmando que Milton Santos defende a dinâmica dos territórios e suas transformações, colocando em xeque os limites da representação cartográfica, como assinalam Câmara, Monteiro & Medeiros. (Koga, 2001, p. 16).

Complementa a reflexão, enfocando que no Brasil após a Constituição Federal de 1988, a descentralização político-administrativa que propiciou a municipalização, embora tenha esta ênfase, necessita atualmente ser revista, principalmente no tocante às políticas públicas, visto que:

Apesar da existência de debate sobre as políticas públicas do Estado brasileiro, os municípios não têm sido submetidos a análises destas políticas sob o ponto de vista regional/local. Após Constituição de 1988, com ênfase dispensada à descentralização e municipalização, faz-se necessária uma nova reflexão sobre o tema políticas públicas (Koga, 2001, p. 16).

O que a autora quer relevar é a ausência do Estado nas ações que prevê garantias sociais, deixando por vezes a população sem respostas às suas necessidades. O que não é diferente no território de jardim gramacho que, segundo informação documental do IBASE, tem cerca de seis escolas oficiais do ensino fundamental e dois postos de saúde (IBASE, 2005), mas não são suficientes para o atendimento da população residente e usuária dos serviços públicos básicos.

Koga apresenta também como contribuição para nossa reflexão a questão da implementação da política pública a partir do território, enfocando que é necessário revisarmos o contexto histórico local até o cotidiano, indo então do universo cultural da população que vive ali até o universo cultural da população que vive no território cotidiano, para então entender como estas relações se estabelecem. A autora utiliza a fala de Milton Santos para complementar sua reflexão, quando este enfoca que, “o homem não vê o universo a partir do universo, o homem vê o universo desde um lugar” (Santos apud Koga, 2001, p. 20).

Este dado nos leva a pensar como o Aterro foi instalado no bairro de Jardim Gramacho e de como as pessoas foram levadas à atividade de catação. Remetemos este dado para nosso estudo, onde podemos verificar que do universo pesquisado, dois foram os grandes motivos que ocasionaram o ingresso e a permanência das pessoas na atividade de catação, sendo o de maior incidência o que estamos chamando de cultura familiar, atividade passada de geração em geração, seguido do contexto de desemprego. Se cruzarmos este dado com a referência de garantia de direitos, podemos verificar que grande parte dos catadores pesquisados não usufrui das políticas públicas locais, conforme já mencionamos anteriormente, e dos 17% que participam, somente 13% são contemplados pelo Programa Bolsa Família, que é de transferência de renda direta do Governo Federal, enquanto que os 87% deste pequeno grupo atendido é contemplado pelo programa estadual Bolsa Cidadão.

Koga apresenta a dimensão territorial, enfocando que serve também, para nos fornecer elementos que nos permitem ter uma perspectiva de “totalidade da questão social”, isto porque:

(...) trabalha não somente com os aspectos das necessidades, como se refere às próprias relações estabelecidas entre os sujeitos e seu cotidiano de vivência esta relação dinâmica se contrapõe à corriqueira e simplista noção de necessitados ou carentes como comumente se referem às políticas direcionadas aos pobres, que os destitui da condição de sujeito (Koga, 2001, p.33).

Complementando esta reflexão, Koga elucida que as questões afetas ao território não são medidas pelos dados objetivos, mas também pelas subjetividades que se concretizam nos momentos de sofrimentos, expectativas, anseios, desejos entre outros.

A autora discorre acerca do lugar social e do território, elucidando que, “(...) espaços concretos de vivência podem significar também uma imersão na história do lugar onde se vive e dos sujeitos construtores” (Koga, 2001, p.33).

Aproveita para apontar o que Milton Santos aborda a respeito do conteúdo do território, enfocando que o autor versa sobre a existência de uma tecnosfera e uma psicosfera, definidas a seguir:

A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio, e desse modo, freqüentemente traduz interesses distantes; porém, desde que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicosfera, reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas tecnosfera e psicosfera – são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla e mais complexa (Santos apud Koga, 2001, p.45-46).

Koga se apropria da fala de Santos, e informa que o autor, discorre a respeito destes dois conceitos e enfatiza que são de esferas redutíveis uma à outra: “a tecnosfera é o mundo dos objetos, a psicosfera é a esfera da ação (...), assim cada lugar, cada subespaço, tanto se define por sua existência corpórea quanto por sua existência relacional” (Koga, 2001, p. 46 apud Santos, 1997b: 204 205).

A autora afirma que, por este espaço ser relacional, isso o torna efervescente de mudanças, de movimentos e ação, fazendo assim a vida no território. É este movimento que acreditamos acontecer no território de jardim gramacho, quando identificamos os catadores no seu movimento de trabalho e de organização.

Utiliza também nesta análise o conceito de “homens lentos”, criado por Milton Santos, para adjetivar os pobres que conseguem criar novas formas de se relacionar e de organizar suas vidas nos lugares mais “opacos da cidade” (Santos apud Koga, 2001, p. 46).

Transferimos esta reflexão efetuada pela autora para o território de jardim gramacho, pois apesar dos catadores conviverem com o insalubre, o penoso e perverso contexto da catação e da própria favelização promovida no entorno do Aterro, conseguem sonhar e propor um mundo melhor, devido inventarem e reinventarem formas para tocar sua vidas sem rancores e com muito otimismo; e este dado se comprova na fala da catadora Glória Cristina dos Santos, uma das lideranças dos catadores no território de jardim gramacho, quando em entrevista realizada em nossa pesquisa fala a respeito das estratégias de organização da categoria:

Bom nós já realizamos dois encontros em parceria com a Cooperativa, encontros da Baixada Fluminense de Catadores, realizamos Catando Beleza, já realizamos uma série de eventos, visando promover a auto-estima. Dizer que existe a categoria e que eles podem se organizar de concreto agente também tem várias ações de documentação para os catadores, porque sem documento não dá para organizar ninguém, então já conseguimos parceria com a Prefeitura com algumas Secretarias, visando regulamentar a situação dos catadores para facilitar o processo de organização fizemos parceria com o Pólo de Reciclagem para organizar a venda e dá um aumento real para os catadores, agente tem um grupo que esta representando a Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho - ACAMJG perante o Fórum Municipal, e também no Estadual de Lixo e Cidadania, a ACAMJG tem um assento no Conselho de Meio Ambiente para discutir a categoria e a implantação de Coleta Seletiva no Município e diversas outras ações que realizamos com várias parcerias para visando implantação da Coleta Seletiva no Município de Duque de Caxias e no estado do Rio de Janeiro (Gloria Cristina dos Santos entrevista em 21/05/2007).

A fala de Glória Cristina representa, a nosso ver, o crédito e a confiança empregada por ela na perspectiva de mudança e de organização da categoria, pois abre o contexto da formação de parcerias, trata do assunto documentação como um dos direitos à cidadania e ponto de partida, e ainda elucida a questão da auto-estima. Sendo assim, acreditamos ser esta representante da categoria catadores de materiais recicláveis e também dos “homens lentos” pois conseguem criar novas formas de relacionamento e de organização da vida em território, embora o acesso a bens e serviço não seja algo do privilégio na escala da garantia de direitos do cidadão, em um território opaco como jardim gramacho.

Neste sentido, agregamos a este estudo outro conceito apresentado por Koga que acreditamos ter relação direta com nossa tese, que é o conceito de “pedaço” (Magnani). A autora analisa o conceito de Magnani, enfocando que ele está ligado ao sentimento de “pertencimento” que cada um tem em relação ao lugar e, no caso dos catadores, este fato é muito importante. Embora percebamos que nem sempre as lideranças identificadas por eles tenham ascensão em idéias pertinentes à melhoria do trabalho, o sentido que o universo dá em relação à união para defender alguns princípios é visível, e isto ganha sustentação teórica em Magnani, quando elucida que:

A compreensão das tramas que se tecem no cotidiano pode revelar um mundo desconhecido pelos diagnósticos normais de apreensão da realidade; nuances que os dados objetivos não costumam prever em seus questionários. A trama da exclusão/inclusão social também passa por este caminho, onde a organização interna do “pedaço” tem seu significado para as populações que ali residem, que por ali transitam (Koga, 2001, p. 48).

Koga complementa, enfocando que a identidade na análise de Magnani é atrelada ao sentido de pertença que as pessoas têm e com isto a autora diz que:

Na análise de Magnani, a identidade relacionada ao pertencimento ao “pedaço” produz significados diferentes à própria questão social, por exemplo, quanto à pessoa desempregada: “no pedaço, porém o fato de alguém estar desempregado não significa que deixa de ser filho de fulano, irmão de sicrano, colega ou “chegado” a beltrano; se não puder pagar o seu “me” sempre haverá quem se disponha a fazê-lo” (Magnani apud Koga, 2001, p.48).

Podemos ainda elucidar que o sentido de “pedaço” conceituado por Magnani, tem relação com o que Milton Santos vem categorizando de territorialidade, pois tanto para um quanto para outro, o sentimento que liga as pessoas está voltado para o sentido de pertença existente, ou seja, a identificação que uma pessoa tem com a outra que permite demarcar o pedaço ou a territorialidade local.

É exatamente o que ocorre no território de jardim gramacho, e podemos exemplificar através da fala do catador Sebastião Carlos dos Santos, quando o mesmo apresenta quais as estratégias que vem utilizando para propor os primeiros passos de organização dos catadores:

Nossa estratégia já vem a algum tempo traçada, primeiro a gente começou mais pela questão de festa só para reunir os catadores que foi no dia do catador, acho que este negócio também é importante de comemorar a categoria, o dia 10 de dezembro é o dia do catador e daí agente foi idealizando outros processos, desde a discussão da identidade como categoria, o processo de organização que agente discutiu nos dois encontros, onde as pautas não foram muito diferentes nem as palestras, até porque ainda tem que se discutir mais a questão da identidade como categoria essa formação como categoria, o que esta categoria quer enquanto categoria de trabalhador, então a ACAMJG, tem batido muito nesta tecla, a questão de criar a identidade dos catadores discutir mesmo profundamente com quem trabalha no dia a dia com os catadores e com outras pessoas que discuti o tema, tentando juntar a prática com a teoria deste universo que é muito complexo que é uma categoria que existe já um bom tempo, mas que só agora toma o pensamento de que é uma categoria pela questão do próprio desenvolvimento da reciclagem no mundo não só no País, então assim a Associação esta numa de discutir a nossa categoria, este é um propósito agora criar a identidade de que o catador como um profissional da área da reciclagem este tem sido o papel da Associação gerar encontros e momentos para discutir este processo (Entrevista em 21/05/2007).

Fica nítido aqui o sentido de pedaço e também da territorialidade embutida, visto que ele enfoca que deram início ao processo de organização a partir da comemoração do “Dia do Catador”, isto é, a festa foi uma forma de aproximação dos iguais. Neste momento, seja ele catador de lixo ou catador de materiais recicláveis, são todos iguais no “pedaço”, em busca dos mesmos ideais, mesmo que alguns não tenham “consciência” do que está realmente ocorrendo.

Outro ponto abordado por Sebastião considerado importante é o aspecto da identidade. Mesmo sem maior conhecimento técnico a respeito desta construção, ele sabe que este processo é importante para alavancar a organização da categoria, o que para nos fica claro com a demarcação do sentimento de pertença com o grupo e a perspectiva da territorialidade, pois vai para além do acontecimento presente, devido ter ligação com o destino e com a construção do futuro, condição que, segundo Milton Santos, somente é “privilegio do homem dentre os seres vivos”.

Dirce Koga sustenta, ao analisar esta posição, que neste contexto de pedaço existem regulamentos estabelecidos, portanto é importante que seja levado em conta a seguinte questão:

(...) as regras de convivência estabelecidas e consagradas nos “pedaços” que significam, muitas vezes solidariedade nas necessidades, segurança contra riscos sociais, enfim, relações que não se resumem apenas ao âmbito da família nuclear, mas se estendem a

outros parentescos, “conterrâneos”, vizinhos. E meio a situações de carências conjugadas com as de ausência de recursos públicos, estas redes de solidariedade costumam funcionar eficazmente nestes territórios excluídos (Koga, 2001, p. 48).

Neste sentido, são diversos elementos em jogo no território de jardim gramacho que nos permitem entender como as relações se estabelecem e quais os caminhos a serem percorridos na perspectiva de nos remeter ao processo de criação de redes de solidariedade e nível de consciência, capaz de inverter o jogo de ausências em reivindicações da presença de garantias de direitos.

A nossa afirmação ganha sustentação a partir da fala de Koga, quando enfatiza qual é o tipo de olhar que devemos ter a respeito do território:

Assim, o olhar sobre o território é relacional, pois diz respeito à própria dinâmica do cotidiano que ultrapassa os limites geográficos, cartográficos ou comunais, no sentido restrito do termo. Tendo em vista o forte traço relacional da sociedade brasileira, onde a perspectiva territorial pode ganhar um viés de comunidade simplesmente convivial e o local podem significar sinônimo de redução ao exercício de cidadania, é preciso estabelecer a distinção entre a dimensão territorial e a dimensão comunitária (Koga, 2001, p. 49-50).

Antes de comentarmos a fala da autora, consideramos prudente esclarecer que, apesar de reconhecermos a importância do conceito de comunidade apresentado no estudo de Koga e comentado por outros autores, para fins de nossa tese, não iremos aprofundar esta categoria.

Sendo assim, ao situar a questão de comunidade, a autora faz um levantamento acerca do conceito e cita Boaventura de Souza Santos, sinalizando que o autor apresenta quatro “constelações de relações sociais” existentes e aplicadas à sociedade, tanto as que conceitua de nacionais como as subnacionais, e também as transnacionais: “o espaço-tempo doméstico; o espaço-tempo da produção; o espaço-tempo da cidadania; e o espaço-tempo mundial” (Boaventura apud Koga, 2001, p. 57).

Prossegue enfocando que Boaventura define de espaço-tempo da cidadania como sendo o conceito de comunidade, devido este espaço ser composto pelas relações sociais entre o Estado. “É no espaço-tempo da cidadania que ele trabalha o conceito de comunidade, entendendo que tal constelação é “constituída pelas relações sociais entre o Estado e os cidadãos, e nele se gera uma forma de poder, de dominação, que estabelece a desigualdade entre cidadãos e Estado e entre grupos e interesses politicamente organizados” (Santos, apud Koga, 2001, p. 57).

Finaliza sua reflexão a respeito das ações sociais no território e na comunidade afirmando que:

É nesta linha limítrofe estabelecida pela noção de comunidade enquanto garantia de proteção e solidariedade e do território enquanto dimensão política do lugar que se pode também vislumbrar processo de exclusão social. Em uma sociedade, na qual predomina a lógica da desigualdade social, alguns são considerados parte incluída e outros estão fora desse território de inclusão, ou à parte ou literalmente apartada. A cidadania é legada somente para aqueles que fazem parte do que é considerado comunitário (Koga, 2001, p. 57-58).

Enfim, ao agregarmos os conceitos aqui apontados por Milton Santos e Dirce Koga, afirmamos que foi possível entendermos o que ocorre no território de jardim gramacho com mais clareza, tanto em relação ao atendimento das garantias de direitos dos catadores, quanto ao processo de organização dos mesmos, embora consideremos que o fator do estigma e da identidade, categorias que iremos tratar a seguir, possa complementar a nossa compreensão. Compreendemos que no território de jardim gramacho predomina a lógica da desigualdade social, onde alguns estão incluídos mesmo que de forma perversa e outros estão excluídos do processo. Embora em determinados “pedaços” a pertença esteja presente, mas em outro momento, ou em outro “pedaço”, o que irá predominar é a regra da exclusão e do dinheiro global que domina o território.

2.3

Estigma e Identidade: fundamentos conceituais

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real.

Erving Goffman, Estigma, 1988.

Nossa atenção se voltará para o entendimento das categorias estigma e identidade, por considerarmos ser a base estrutural do nosso estudo, tendo em vista o catador ser um trabalhador devido à natureza da tarefa por ele desempenhada receber várias classificações, o que na maioria das vezes são estereotipadas em razão de lidar com aquilo que é indesejável para a humanidade – o lixo, o rejeito, o refugo humano.

Selecionamos a leitura de Goffman para auxiliar nossa análise, entendendo que a categoria estigma, com a seguinte referência:

(...) atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso. Por exemplo, alguns cargos na América obrigam os seus ocupantes que não tenham a educação universitária esperada a esconderem isso; outros cargos, entretanto, podem levar os que os ocupam e que possuem uma educação superior a manter isso em segredo para não serem considerados fracassados ou estranhos (Goffman, 1988, 13).

Goffman complementa a referência acerca da categoria estigma, evidenciando que é na verdade um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, mas que ele propõe a modificação, enfocando que em parte há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito (Goffman, 1988, 13).

Neste sentido, elucida que há três tipos de situações estigmatizantes nitidamente diferenciadas e informa que a primeira delas tem relação direta com as “abominações” do corpo e cita como exemplo as deformidades físicas, o segundo tipo e apontado pelo autor sinalizando que são estigmas de caráter individual e dá como exemplo os distúrbios mentais, a prisão, o vício, o homossexualismo, o desemprego, e por último Goffman fala a respeito do estigma tribal que tem relação direta com a etnia, religião, nação e que “podem ser transmitidos através da linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família” (Goffman, 1988,14).

Com este sentido, afirmamos que os catadores de lixo no território de jardim gramacho são pessoas estigmatizadas e classificadas em duas tipologias, tendo em vista estarem adjetivadas pela sua condição individual devido trabalharem com lixo e ainda porque a maioria é da raça negra, oriunda de família pobre, com baixo nível de escolaridade e, portanto, sendo pertencentes da categoria estigmatizada pelo tipo de “tribo” que pertence.

Diante desta reflexão feita por Goffman, fica mais fácil entender como as autoridades formulam as políticas públicas, visto que traçam ações que são imaginadas por elas, pessoas normais, e que acreditam que estes trabalhadores diferentes, pela sua condição de pobreza, precisam aceitar esta lógica de organização à luz do que elas pensam. E é nesta direção que o autor afirma a atitude dos normais, enfocando que:

As atitudes que nós, normais, temos com uma pessoa com um estigma, e os atos que empreendemos em relação a elas são bem conhecidas na medida em que são as respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhora. Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construimos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social (Goffman, 1988, p. 14-15).

Podemos elucidar que esta relação estigmatizante é presente no território de jardim gramacho, principalmente pelos profissionais que lidam rotineiramente com os

catadores, visto que o juízo de valor emitido é a todo tempo focado na perspectiva deles, catadores de lixo, responderem às demandas como se já estivessem perfeitamente prontos para o mundo dos negócios, e quando este fato não ocorre com este propósito, eles são sempre rebaixados através da alegação de que não dominam a “lógica do capital”.

Por outro lado, são também classificados de “desorganizados” e “sem condições”, devido ao fato de não terem conseguido sair do estado de submissão do atravessador e que, por isso, não poderão gerar um processo de auto-sustentabilidade após o encerramento das atividades de vazamento de lixo no Aterro Metropolitano de Gramacho.

Torna-se cotidiana a questão de estigma na relação com estes trabalhadores, e isto se comprova na fala de Goffman, quando ele aponta que:

Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica sem pensar no seu significado original (Goffman, 1988, p. 15).

O autor também chama atenção para outro ponto que consideramos ter relação direta com a questão acima apontada e que ele esta denominando de identidade social virtual – que, na verdade, significa dizer aquilo que o outro acha que o indivíduo à sua frente deveria ser. Assim, as exigências que fazemos poderiam ser mais adequadamente denominadas de demandas feitas “efetivamente”, e o caráter que imputamos ao indivíduo poderia ser encarado mais como uma imputação feita por um retrospecto em potencial – uma caracterização “efetiva”. Além deste tipo de identidade, o autor enfoca que há também a identidade social real, que é aquilo que realmente a pessoa prova possuir.

Goffman complementa esta reflexão, apontando que há outras diferenças entre a identidade social virtual e a real, elucidando que:

Observe-se que há outros tipos de discrepância entre a identidade social real e a virtual como, por exemplo, a que nos leva a reclassificar um indivíduo antes situado numa categoria socialmente prevista, colocando-o numa categoria diferente, mas igualmente prevista e que nos faz alterar positivamente a nossa avaliação. Observe-se, também, que nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente os que são incongruentes com o estereótipo que criamos para um determinado tipo de indivíduo (Goffman, 1988, p.12-13).

Ainda abordando a questão relativa à identidade, o autor afirma que as pessoas, mesmo estigmatizadas, têm como ponto central relativo à construção identitária as mesmas crenças que qualquer “pessoa normal” (Goffman, 1988, p.16), e, portanto não

se sente estigmatizado, como no caso dos catadores de lixo que, uma vez abordados na pesquisa para saber como eles se identificavam em relação à atividade desenvolvida, a maioria (99) se consideraram guerreiros por sobreviverem das sobras; 28 se identificaram como pessoas felizes; e nenhum se considerou pessoa estigmatizada, conforme aponta gráfico 3, anexo 7.4, p. 174.

Este resultado nos leva a refletir sobre como estes sujeitos se identificam. Apesar da natureza da atividade empurrar os catadores para o mundo do rejeito da discriminação, eles ainda conseguem se vêem como pessoas normais e até mais, pois valorizam as tarefas realizadas e se sentem guerreiros por encarar este tipo de trabalho.

Sustentamos esta posição na fala de Goffman quando ele enfoca que na América atualmente os estigmatizados têm as mesmas crenças sobre identidades que os normais, a saber:

Na América atual, entretanto, os sistemas de honra separados parecem estar decadentes. O indivíduo estigmatizado tende a ter as mesmas crenças sobre identidade que nós temos; isso é um fato central. Seus sentimentos mais profundos sobre o que ele é podem confundir a sua sensação de ser uma “pessoa normal”, um ser humano com qualquer outro, uma criatura, portanto, que merece um destino agradável e uma oportunidade legítima (Na realidade, não obstante a forma em que se expresse, ele baseia suas reivindicações não no que acredita seja devido a todas as pessoas, mas apenas a todas as pessoas de uma categoria social escolhida dentro da qual ele inquestionavelmente está incluído, como por exemplo, qualquer indivíduo de sua idade, sexo, profissão etc) (Goffman, 1988, p. 16).

Por outro lado, Goffman aponta que apesar deste foco de normalidade entre os estigmatizados, há também em outro ponto: “(...) a vergonha se torna uma possibilidade central, que surge quando o indivíduo percebe que um de seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um não-portador dele” (Goffman, 1988, p.16-17).

Para exemplificar este fator estigmatizante, que também é questão transversal no território de jardim gramacho, trazemos outro resultado da pesquisa, demonstrando que apesar de as pessoas se identificarem como qualquer outro trabalhador sem discriminações e estereótipos, quando perguntamos o que elas querem em suas vidas, a maioria informa que deseja mudar tudo em sua vida, e esta resposta tem relação com aquilo que Goffman conceituou de vergonha como possibilidade central, e também como atributo impuro que, no caso do catador, é o trabalho informal sem vínculo empregatício e, portanto, estigmatizado pela sua condição.

Quanto à questão do atributo impuro e da vergonha, nos deparamos com as seguintes respostas dadas pelos catadores quando perguntados o que queriam mudar nas

suas vidas: 48% responderam que o maior desejo de mudança está voltado para um trabalho de carteira assinada; seguido de 17% dos que revelaram ter interesse em abrir um comércio como forma de ampliar os ganhos, no entanto, sem sair do território; 13% optaram por arrumar outro tipo de atividade para melhorar a vida dos filhos, fator que podemos considerar como uma perspectiva de romper com o estigma e buscar acesso à cidadania para eles; e 8% desejam sair do território de jardim gramacho, entre outros interesses que podem ser ilustrados pelo gráfico 4, em anexo 7.4, p. 174.

Embora o desejo dos catadores seja arrumar um trabalho de carteira assinada, não temos dados suficientes para afirmar que, mesmo conseguindo, eles realmente deixarão definitivamente a atividade, pois o que temos visto ao longo do trabalho com os catadores é que mesmo indo buscar outra oportunidade fora, eles voltam nos finais de semana para complementar a renda e procuram o Serviço Social para justificar as ausências no meio da semana.

Outra contribuição importante na análise de Goffman é o fato que o autor chama a atenção para a predisposição desses trabalhadores à “vitimização”, chegando-se ao extremo para romper com os estigmas, e dá como exemplo a seguinte questão:

Quer se trate uma técnica prática ou de fraude, a pesquisa, freqüentemente secreta, dela resultante, revela de maneira específica, os extremos a que os estigmatizados estão dispostos a chegar e, portanto, a angústia da situação que os leva as tais extremos... O indivíduo estigmatizado pode, também, tentar corrigir a sua condição de maneira indireta, dedicando um grande esforço individual ao domínio de áreas de atividade consideradas, geralmente, como fechadas, por motivos físicos e circunstanciais, a pessoas com o seu defeito (Goffman, 1988, p.19).

A exemplo deste fato verificamos na mídia a veiculação de reportagens demonstram surpresa quando um catador ou uma catadora consegue manter sua casa e família e, além disso, possui os mesmos eletrodomésticos que qualquer pessoa “normal” tem, como se isso fosse algo inviável na vida destes trabalhadores. Este dado não nos surpreende, pois a grande maioria dos catadores pesquisados tem casa e família, embora seja uma realidade distante da realidade admitida pelos “normais”.

Como comprovação da questão levantada acima, apresentaremos uma reportagem da revista “Carta Capital”, publicada em 26 de setembro de 2007, sob o título “Reféns do lixo”:

Entre os homens que se disfarçam de ratos e extraem do aterro a sobrevivência há histórias de vida inimagináveis para quem não conhece o lixo. “Nossa pesquisa qualitativa identificou desde analfabetos até quem cata lixo à noite e faz faculdade particular de dia. Engana-se quem pensa que o catador ganha pouco”, revela Honorato, que detectou renda média em torno de 2 mil reais (Carta Capital, 2007, p. 15).

Este fato se deve também ao que o Goffman conceituou de identidade pessoal, que não requer relação de aproximação entre os chamados normais e os estigmatizados conforme ele aponta:

Há uma idéia popular de que embora contatos impessoais entre estranhos estejam particularmente sujeitos a respostas estereotípicas, na medida em que as pessoas relacionam-se mais intimamente essa aproximação categórica cede, pouco a pouco, à simpatia, compreensão e à avaliação realística de qualidades pessoais (Goffman, 1988, p.61).

Diante do que foi levantado, evidenciamos que em nosso caso, particularmente, a identidade aqui tratada, embora seja estigmatizante, versará sobre a forma como um grupo de trabalhadores em situação discriminada pela sociedade consegue construir um espaço que supera as expectativas daqueles tidos “normais” em seus padrões de vida e identidade, tanto pessoal como ocupacional.

Outro ponto abordado por Goffman, que consideramos relevante para nossa análise e que tem articulação com que ele aponta a respeito do nível de tolerância, ou até mesmo pelo que conceituou de “proteção semelhante”, é o fato da aceitação que os normais acabam tendo quando se relacionam diretamente com os estigmatizados. Nesta perspectiva, devemos atentar para a não naturalização e banalização de alguns procedimentos adotados pelos catadores em face de aproximação existente, tais como concordar com a falta de compromisso em alguns momentos, por entender que eles foram acostumados a viver assim, aceitar que se alimentem de produtos advindos do lixo porque nunca fez mal, entre outras práticas exercidas por eles ao longo do tempo.

Sendo assim, vamos considerar como ponto de partida para o processo identitário dos catadores além do processo estigmatizante outros componentes sociais, políticos e culturais que nos auxiliarão na montagem do quadro de referência.

Pontuando a questão de identidade, encontramos Anthony Giddens referindo-se ao tema, no entanto focando sua construção a partir do mundo globalizado promovido pela modernidade, que acaba produzindo mecanismo de auto-identidade, que segundo o autor são:

(...) constituídos pelas instituições da modernidade, mas que também as constituem. O eu não é uma entidade passiva, determinada por influências externas; ao forjar suas auto-identidades, independente de quão locais sejam os contextos específicos da ação, os indivíduos contribuem para (e promovem diretamente) as influências sociais que são globais em suas conseqüências e implicações (Giddens, 2002, p. 9).

Complementa sua reflexão elucidando que a vida social moderna é permeada por intensos processos de reorganização do tempo e do espaço associado ao que ele

conceitua de desencaixe, ou seja, para Giddens são “múltiplas fontes de autoridade, muitas vezes contestadas internamente e divergentes em suas implicações”. Amplia esta reflexão elucidando que, nas situações que ele caracteriza como “modernidade alta” ou “tardia” – nosso mundo de hoje – o eu, como os contextos institucionais mais amplos em que existe, tem que ser construído reflexivamente. Mas essa tarefa deve ser realizada em meio a uma enigmática diversidade de opções e possibilidades (Giddens, 2002, p. 10-11).

Giddens ainda pontua a questão que envolve as circunstâncias de incerteza e de múltiplas escolhas, pois para ele este contexto da modernidade é constituído pela “cultura do risco”, sendo assim o que deve estar em destaque é a confiança, conceituada por ele como “um meio de interação com os sistemas abstratos que esvaziam a vida cotidiana de seu conteúdo tradicional ao mesmo tempo em que constroem influências globalizantes. A confiança gera aquele “salto de fé” que o envolvimento prático demanda” (Giddens, 2002, p. 11).

O autor procura desdobrar sua análise, enfocando que além da modernidade existe também a “alta modernidade”, outro fator de risco, tendo em vista que para Giddens é um processo “apocalíptico não porque se dirija inevitavelmente à calamidade, mas porque introduz riscos que gerações anteriores não tiveram que enfrentar (Giddens, 2002, p. 12)”.

Elucida que a “alta modernidade” traz em seu bojo um avanço tecnológico, onde a velocidade no acesso as informações desempenha papel central na vida social das pessoas, e, portanto, tem influência direta tanto na auto-identidade quanto na organização das relações sociais. Giddens afirma que:

O “mundo” em que agora vivemos, assim, é em certos aspectos profundos muito diferente daquele habitado pelos homens em períodos anteriores da história. É de muitas maneiras um mundo único, com um quadro de experiências unitário (por exemplo, em relação aos eixos básicos de tempo e espaço), mas ao mesmo tempo um mundo que cria novas formas de fragmentação e dispersão (Giddens, 2002, p.12).

Diante deste posicionamento o autor acredita que a auto-identidade se torna uma ação reflexivamente organizada, deixando o projeto reflexivo do eu com menos evidência, porque para Giddens, na vida social moderna, os indivíduos precisam assumir um estilo de vida a partir da diversidade de opções, tendo em vista que:

Na vida social moderna, a noção de estilo de vida assume um significado particular. Quanto mais a tradição perde seu domínio, e quanto mais a vida diária é reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções. Certamente existem também influências padronizadoras – particularmente na forma da criação da

mercadoria, pois a produção e a distribuição capitalistas são componentes centrais das instituições da modernidade (Giddens, 2002, p. 13).

Refletindo a partir da análise de Giddens, percebemos que no território de jardim gramacho, o catador de lixo estaria no patamar apontado por ele de “quase completamente excluído da possibilidade de escolher o estilo de vida” (Giddens, 2002, p.13), uma vez que a refletividade organizada ainda não se processou na realidade deles e a refletividade do eu, fator que consiste em manter “narrativas biográficas coerentes” continuamente revisadas também não é algo elaborado no cotidiano destes trabalhadores. Sendo assim, a construção da auto-identidade na realidade dos catadores de lixo nos parece prejudicada, embora a alta modernidade esteja presente no dia-a-dia da vida social.

No sentido de nos aproximarmos de novos conceitos a respeito do processo de construção identitária, encontramos Stuart Hall (1997), falando a respeito de como se constrói as identidades e consideramos relevante para o tema em questão:

As identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais a produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriças, sem diferenciação interna (Hall, 1997, p. 109).

Podemos exemplificar esta reflexão do autor, com a fala do catador Sebastião Carlos dos Santos que, em entrevista à revista “Carta Capital” afirma: “(...) ‘Dizem que o aterro é uma área de exclusão social. Discordo disso. Ali trabalham analfabetos, ex-presidiários e outros que, batendo de porta em porta, não conseguiram ganhar nem salário mínimo’, compara” (Carta Capital, 2007, p. 15).

Em face desta fala do catador, fica claro entendermos a posição de Stuart Hall, quando este complementa o conceito, mostrando que acima de tudo, as identidades são construídas

(...) por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado “positivo” de qualquer termo – e, assim, sua “identidade” – pode ser construído (Derrida, 1981; Laclau, 1990; Butler, 1993). As identidades podem funcionar, ao longo de toda a sua história, como pontos de identificação e apego apenas por causa de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em “exterior”, em abjeto. Toda identidade tem, à sua “margem” um excesso, algo a mais (Hall, 1997, p. 110).

O autor prossegue sua reflexão, enfatizando que o termo “identidade”, é utilizado por ele para elucidar onde ocorre a junção entre os discursos e as práticas que estão no cotidiano, para que cada um assuma seu lugar e os processos produzidos de subjetividade que nos constroem como sujeitos as quais se pode “falar” (Hall, 1997, 112).

O que podemos extrair desta reflexão é que quando tratamos da questão identitária dos catadores, faz-se necessário identificarmos esta junção e a sutil passagem das lideranças dos catadores, tanto no momento em que estão envolvidas com o trabalho que possa garantir melhoria das condições de vida para todos, como no momento em que estão discutindo a formulação de política pública de coleta seletiva com o Poder Público, sem perder a identidade de catador.

Acreditamos que o perfil identitário desejável seja traçado por estas linhas, onde o ator envolvido não perca de vista seus objetivos, enquanto categoria de trabalhadores.

Sendo assim, esta nossa reflexão ganha sustentação com a seguinte análise de Hall:

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. “Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” (Hall, 1997, p. 108-109).

Encontramos Claude Dubar, enfocando que em relação ao termo “identidade” há um ressurgimento, tanto do vocabulário como na linguagem corrente, mas o que não podemos esquecer que “A identidade é produto das sucessivas socializações” (Dubar, 2005, p. XXIV).

Dubar complementa:

Entre as múltiplas dimensões da identidade dos indivíduos, a dimensão profissional adquiriu uma importância particular. Por ter se tornado um bem raro, o emprego condiciona a construção das identidades sociais, por passar por mudanças impressionantes, o trabalho obriga a transformações identitárias delicadas; por acompanhar cada vez mais todas as modificações do trabalho e do emprego, a formação intervém nas dinâmicas identitárias por muito tempo além do período escolar (Dubar, 2005, p. XXVI).

Apresenta ainda que a socialização é um processo de identificação de construção identitária, onde o sentimento de pertença e de relação está presente:

A socialização é, enfim um processo de identificação, de construção de identidade, ou seja, de pertencimento e de relação. Socializar-se é assumir seu pertencimento a grupos (de pertencimento ou de referência), ou seja, assumir pessoalmente suas atitudes, a ponto de elas guiarem amplamente sua conduta sem que a própria pessoa se dê conta disso “(id, p.32)”. ^a Percheron recorda uma aquisição essencial da antropologia cultural (cf. capítulo 2): o sinal decisivo de pertencimento ao grupo é a aquisição do que Sapir denominava “saber intuitivo” (1967, t.1, p.41) e que Halbwachs designava com a bela fórmula “começar a pensar com os outros” (1950, p. 48). Esse saber implica a assunção, ao menos parcial, do passado, do presente e do projeto do grupo, “tais como são expressos no código simbólico comum que funda a relação entre seus membros” (Percheron, apud Dubar, 2005, p. 24).

O autor aproveita para fazer uma revisão em torno da questão da socialização e sobre identidade e complementa esta informação, elucidando que do ponto de vista empírico, a identidade se tornou complexa, devido não existir uma identificação única das pessoas, isto porque, em primeiro lugar, há inúmeros grupos de pertencimento ou de referência na vida das pessoas e ele então enfoca a que se deve a ambivalência das identificações existentes entre o desejo que existe das pessoas serem como as outras que podem ser aceitas pelos grupos que já pertence ou por aqueles que quer pertencer. Neste sentido Dubar enfoca que:

(...) e o aprendizado da diferença, até mesmo da oposição com relação a esses grupos, a criança deve construir sua própria identidade por uma integração progressiva de suas diferentes identificações positivas e negativas. Como escrevia Lacan, “o eu é um objeto constituído como uma cebola; poderíamos descascá-lo e encontraríamos as identificações sucessivas que o constituiriam” (953, 1981, p. 144) (Dubar, 2005, p. 24).

Outro fator apresentado por Dubar que consideramos importante é o que ele conceitua de processo identitário relacional, visto que o autor atrelou a formação identitária profissional a etapas anteriores, inclusive ao sistema de trabalho. Ele elucida que para a realização do que esta conceituando de “biografia de uma identidade profissional”, e, portanto, social, é necessário que as pessoas tenham em suas relações de trabalho participações em atividades coletivas voltadas para processos de organização, ou seja, elas devem atuar de uma maneira em representações que possam constituir o sentido de pertencimento coletivo, o sentido de grupo que acreditamos promover o processo de organização em termos profissionais.

Reforçando esta posição, Dubar elucida que essa perspectiva sobre a identidade nos conduz a definição que R. Sainsaulieu elabora: “maneira como os diferentes grupos no trabalho se identificam com os pares, com os chefes e com os outros grupos, a identidade no trabalho é fundada sobre representações coletivas distintas, construindo atores do sistema social empresarial” (1985, p. IX) (Dubar, 2005, p. 151).

Diante disso, procura apresentar três dimensões identitárias, que são: a dimensão do campo de investimento “que permite distinguir os tipos que implicam em investimentos no trabalho”; a segunda relativa às normas; e a terceira que tem relação com os valores resultantes do trabalho – “econômico, estatutário, fusionais, negociadores e os afinitários” (Dubar, 2005, p. 152).

E ainda apresenta quatro modelos associados ao trabalho que são responsáveis pela formação identitária: distanciamento que tem relação direta com o valor econômico dominante, portanto o salário é elemento de união e de distanciamento entre as pessoas, o segundo está ligado ao modelo fusional que tem relação com valores da massa, as regras e o status ocupado, o terceiro está ligado ao modelo de negociação, que tem relação com normas democráticas, e o afinitário tem relação com os profissionais novos, os técnicos e o pessoal móvel.

Finaliza, mostrando que a construção da identidade deve ter como foco o que ele denominou de espaço-tempo geracional, isto é, para Dubar:

A identidade social não é “transmitida” por uma geração à seguinte, cada geração a constrói, com base nas categorias e nas posições herdadas da geração precedente, mas também através das estratégias identitárias desenvolvidas nas instituições pelas quais os indivíduos passam e que eles contribuem para transformar realmente. Essa construção identitária adquire uma importância particular no campo do trabalho, do emprego e da formação, que conquistou uma grande legitimidade para o reconhecimento da identidade social e para a atribuição do status social (DUBAR, 2005, p. 156).

As contribuições de Bauman também nos auxiliaram no entendimento da questão. O autor parte do princípio que o “mundo globalizado expressa uma era líquido-moderna” e que, portanto a questão da identidade para ele tem relação direta com a atualidade. Sendo assim:

Aconteceu que, entre os vários problemas conhecidos como “minha identidade”, a nacionalidade ganhou uma proeminência particular. Eu compartilho essa sorte com milhões de refugiados e migrantes que o nosso mundo em rápido processo de globalização produz em escala bastante acelerada. Mas a descoberta de que a identidade é um monte de problemas, e não uma campanha de tema único é um aspecto que compartilho com um número muito maior de pessoas, praticamente com todos os homens e mulheres da nossa era “líquido-moderna” (Bauman, 2005, p. 18).

Bauman complementa a afirmação, elucidando que acredita que:

As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras são infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. Há uma ampla probabilidade de desentendimento, e o resultado da negociação permanece eternamente pendente. Quanto mais praticamos e dominamos as difíceis habilidades necessárias para enfrentar essa condição reconhecidamente ambivalente, menos agudas e dolorosas e arestas ásperas parecem, menos grandioso os desafios e menos irritantes os efeitos. Pode-se até

começar a sentir-se *chez soi*, “em casa”, em qualquer lugar – mas o preço a ser pago é a aceitação de que em lugar algum se vai estar total e plenamente em casa (Bauman, 2005, p. 19-20).

Acrescenta sua análise, afirmando que neste mundo moderno e líquido à questão da identidade ao estilo antigo não tem funcionalidade, visto que tudo atualmente tem data de validade, sendo assim:

Com o mundo se movendo em alta velocidade e em constante aceleração, você não pode mais confiar na pretensa utilidade dessas estruturas de referência com base na sua suposta durabilidade (para não dizer atemporalidade!). Na verdade, você não confia nelas nem precisa delas. (...). No admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam (Bauman, 2005, p. 33).

Bauman insiste no fato de que ter anseios por construir identidade significa buscar uma segurança e, portanto, torna-se desprovida do sentimento ambíguo, visto que, “(...) as identidades ganharam livre curso, e agora cabe a cada indivíduos, homem ou mulher, captura-las em pleno vôo, usando os seus próprios recursos e ferramentas” (Bauman, 2005, p. 35).

Acrescenta que a questão da individualidade promovida pela globalização faz com que as identidades se transformem em “bênçãos ambíguas. Oscilam entre o sonho e o pesadelo, e não há como dizer quando se transforma no outro. Na maior parte do tempo, essas duas modalidades líquido-modernas de identidade coabitam, mesmo que localizadas em diferentes níveis de consciência” (Bauman, 2005, p.38).

Finaliza chamando atenção para o cuidado que devemos ter com nossas identidades, não permitindo que se confronte com o supérfluo, o desnecessário, o mundo das sucatas: “(...) Não admira que o uso/consumo das relações humanas, e assim, por procuração, também de nossas identidades (nós nos identificamos em referência a pessoas com as quais nos relacionamos), se emparelhe, e rapidamente, com o padrão de uso/consumo de carros, imitando o ciclo que se inicia na aquisição e termina no depósito de supérfluos” (Bauman, 2005, p. 98).

Ao analisarmos as reflexões de Bauman a respeito da questão identitária, remetemos o pensamento para o território estigmatizante de jardim gramacho e acreditamos que se não forem fincados pilares estruturantes na linha da rede de solidariedade, as relações tendem a ser metamorfoseadas em meros espaços promovidos pela “era líquido-moderna”, onde tudo é fluído.

Encontramos também em Manuel Castells, reflexões que julgamos nos auxiliar, visto que o autor enfoca que o processo de construção identitária requer que entendamos

a distinção entre ele e o que os sociólogos chamam de papéis e/ou conjunto de papéis, e dá como exemplo o fato de ser mãe, trabalhador, vizinho etc, dizendo que estas relações são definidas por normas estabelecidas pelas organizações da sociedade e que a importância se torna relativa, tendo em vista o tipo de negociações e articulações acordadas entre as pessoas. Já a questão da identidade se constitui por “fontes de significado para os próprios atores, por eles originados e construídas por meio de individuação” (Castells, 2002, p.23).

Complementa o conceito, enfatizando que existem três formas distintas do processo de construção identitária: identidade legitimadora, que, segundo Castells, tem relação direta com as instituições dominantes da sociedade; identidade de resistência, “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação” (Castells, 2002, p. 24); e a identidade de projeto, “quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social” (Castells, 2005, p.24).

Acreditamos que a proposta que melhor convém no território de jardim gramacho, seja a construção da identidade de projeto, pois dará condições aos catadores de agregarem novos valores as suas vidas e promoverem a transformação necessária para saírem do estado de subalternidade, migrando para a condição de trabalhadores capazes e cidadãos de direitos.

Para tanto, Castells propõe a construção da sociedade em rede, idéia refutada por Milton Santos, pois ele acredita que este fator está centrado na verticalidade e, portanto, afasta alguns em detrimento de outros, mas o autor enfoca que, “(...) a dinâmica da identidade nesse contexto pode ser compreendida se comparada à caracterização de identidade elaborada por Giddens durante a ‘modernidade tardia’, um período histórico que, creio eu, reflete uma era que chega ao seu fim – com que absolutamente não pretendo sugerir que estejamos de algum modo chegando ao ‘fim da história’ postulado em algumas extravagâncias pós-modernas” (Castells, 2002, p. 26).

Complementa a afirmativa elucidando que “(...) o surgimento da sociedade em rede traz à tona os processos de construção de identidade durante aquele período, induzindo assim novas formas de transformação social. Isso ocorre porque a sociedade em rede está fundamentada na disjunção sistêmica entre o local e o global, para a maioria dos indivíduos e grupos sociais” (Castells, 2002, p.27).

Neste sentido acreditamos que no território estigmatizado de jardim gramacho, nesta abordagem posta por Castells, que pode ser entrelaçada pela idéia de horizontalidade exposta por Milton Santos, funcione, pois a partir das aproximações em uma perspectiva de rede solidária, será criada uma linha de organização que levará o grupo ao real fortalecimento enquanto trabalhadores, inclusive no sentido de forçar politicamente o reconhecimento legal da categoria e então propor mudanças significativas no processo de trabalho.

Neste sentido, concordamos com Fonseca, quando sustentada nas reflexões de Castells e apoiada em sua experiência:

O que se busca é conhecer as chamadas “redes sociais de solidariedade” para, a partir delas, apoiar a construção de “identidades de projeto”, nas palavras de Castells, que ofereçam uma inserção socioeconômica mais justa e que garantam o efetivo exercício da cidadania. Porém, esta construção de “identidade cultural”, ao tocar o intangível, desprende o poder que normalmente fica represado pelas formas tradicionais de “identidades legitimadoras” fazendo emergir no seio da comunidade antigos conteúdos de medos e ódios (Fonseca, 2003, p. 119).

Acreditamos que por meio da constituição da sociedade em rede no território de jardim gramacho, poderão surgir novas redes, tais como aponta Fonseca em seu artigo, onde estas poderão ser familiares, religiosas, geográficas e de interesses compartilhados, sendo perfeitamente encaixadas na realidade do nosso estudo, tornando-se assim uma pista perfeita para auxiliar na promoção do processo de organização destes trabalhadores, além de um caminho para a formação da identidade desta categoria, ainda não reconhecida, constituída de não cidadãos, conforme aponta Wanderley Guilherme dos Santos, 1999.